



Dez faces da luta pelos Direitos Humanos no Brasil



Reino dos Países Baixos



ONUBR
Nações Unidas no Brasil



DIÁLOGOS
SETORIAIS UNIÃO EUROPEIA
BRASIL

Secretaria de
Direitos Humanos

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

Dez **faces**
da luta pelos
Direitos Humanos
no Brasil

Brasília, dezembro de 2012

A apresentação dos fatos contidos nesta publicação, bem como as opiniões nela expressas não são necessariamente as da ONU, da Embaixada dos Países Baixos, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e da Delegação da União Europeia, nem comprometem essas organizações. As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo desta publicação não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte das organizações a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco a delimitação de suas fronteiras ou limites.

Dez faces
da luta pelos
Direitos Humanos
no Brasil



Reino dos Países Baixos



ONUBR
Nações Unidas no Brasil



DIÁLOGOS SETORIAIS
UNIÃO EUROPEIA
BRASIL

Secretaria de
Direitos Humanos

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

Publicado pela Organização das Nações Unidas no Brasil.
Esta publicação é fruto de uma parceria entre o Sistema das Nações Unidas no Brasil, a Embaixada do Reino dos Países Baixos, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) e a Delegação da União Europeia no Brasil.

© ONU, 2012

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Impresso no Brasil.

Redação de texto: Aline Falco

Revisão técnica: ONU, SDH e Embaixada do Reino dos Países Baixos

Revisão gramatical: Reinaldo Reis

Capa e projeto gráfico: Edson Fogaça

Fotos: Raphael Carmona/ Iluminart

Dez faces da luta pelos direitos humanos no Brasil. – Brasília: ONU,
Embaixada do Reino dos Países Baixos, SDH e UE, 2012.
100p.

ISBN: 978-85-7652-177-8

1. Direitos Humanos 2. Direito a Terra 3. Direito a Moradia 4. Prevenção do Crime
5. Direitos Civis—Povos Indígenas 6. Direitos Civis—Quilombolas 7. Direitos Civis—
Prisioneiros 8. Direitos Civis—Delinquência Juvenil 10. Direitos Civis—Pescadores
11. Brasil I. Nações Unidas

Sumário

Apresentações	9
Ministra-chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Sra. Maria do Rosário Nunes.....	11
Embaixador dos Países Baixos no Brasil, Sr. Kees Rade.....	13
Coordenador Residente da ONU no Brasil, Sr. Jorge Chediek.....	15
Embaixadora, Chefe da Delegação da União Europeia, Sra. Ana Paula Zacarias.....	17
A ONU e a proteção aos defensores de direitos humanos	19
O Brasil e a proteção aos defensores de direitos humanos	21
Dez faces da luta pelos direitos humanos no Brasil	23
Alexandre Anderson de Souza.....	25
Eliseu Lopes.....	33
Evane Lopes.....	39
Gleydson Gleber Bento Alves de Lima Pinheiro.....	47
João Luís Joventino do Nascimento.....	53
Júlio César Ferraz de Souza	63
Leonora Brunetto	69
Maria Joel Dias.....	77
Rosivaldo Ferreira Dias	85
Saverio Paolillo	93

Apresentações

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) tem a satisfação de apresentar o livro *Dez faces da luta pelos Direitos Humanos no Brasil*. Esta publicação é fruto de uma virtuosa parceria com a União Europeia, a Embaixada do Reino dos Países Baixos e o Sistema das Nações Unidas no Brasil.

As dez defensoras e defensores que relatam nesta publicação sua vida e a atuação na promoção e defesa dos direitos humanos são lideranças que dão voz a muitas brasileiras e muitos brasileiros que protagonizam a luta contra o arbítrio, a violência, a injustiça e a desigualdade. Eles representam todos os defensores incluídos e acompanhados pelo Programa Nacional e pelos Programas Estaduais de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos. Essa política de proteção às pessoas representa o esforço e compromisso do Estado Brasileiro com a plena realização desses direitos.

A aprovação da Política Nacional de Proteção às Defensoras e aos Defensores de Direitos Humanos, em 2007, por meio do Decreto 6.044, do então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, e a continuidade dessa ação pela Presidenta Dilma Rousseff constitui um passo decisivo na consolidação da democracia brasileira. Democracia esta que, bem como o Estado de Direito, é uma conquista de homens e mulheres imprescindíveis que, a seu tempo, enfrentaram as mais perversas forças pagando inclusive com a própria vida pela ousadia de serem defensoras e defensores de Direitos Humanos.

Infelizmente, muitas das ameaças à vida e à integridade física dessas pessoas persistem em nossa sociedade, seja por ação de agentes do próprio Estado ou pelas mãos de particulares. É nosso compromisso enfrentar as fontes dessas ameaças inibindo e penalizando os perpetradores das violações. Mas esse é também um dos nossos maiores desafios. Bem como assegurar que as defensoras e defensores possam continuar a sua luta diária em segurança.

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República busca incansavelmente a superação das causas que geram a situação de risco e ameaça. Essa atuação

compreende articulação de medidas e ações com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e com a sociedade civil organizada.

Além disso, a SDH/PR atua para a consolidação da política de proteção aos defensores de direitos humanos por meio da construção de um sistema de proteção às pessoas ameaçadas, para o qual estão sendo criados os marcos normativos assecuratórios da institucionalização e da garantia de sua permanência como parte da atuação do Estado Brasileiro para a proteção dos direitos humanos.

Sem encontrar similar em outras nações, o Programa de Proteção às Defensoras e Defensores de Direitos Humanos tem como diretriz visibilizar as justas lutas de cada uma dessas pessoas e de suas comunidades, bem como afirmar enfaticamente ser inadmissível que ainda tenhamos de lidar com ameaças às pessoas por sua dedicação ao fortalecimento de nossa democracia e a efetivação dos direitos humanos.

Dessa forma, este livro pretende ser mais um instrumento nessa busca por visibilidade. É nosso desejo também que ele possa repercutir de modo a incentivar outras nações a proteger seus nacionais nos embates contrários à perda de direitos já consolidados e/ou na busca da afirmação de direitos ainda não reconhecidos em suas legislações.

Por fim, ressalto mais uma vez a importância da atuação conjunta do Estado, da sociedade civil, das defensoras e defensores de direitos humanos e de cada cidadã e cidadão para a consolidação do Estado Brasileiro como nação forte na qual os direitos humanos de todas e todos sejam os esteios de nosso ambiente democrático.

Maria do Rosário Nunes

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos
da Presidência da República

A Embaixada do Reino dos Países Baixos no Brasil tem a honra de apresentar as histórias de Júlio, Evane, Rosivaldo, Eliseu, Maria Joel, Gleydson, João Luís, Alexandre, Saverio e Leonora. Esses defensores dos direitos humanos exercem papel essencial na defesa das liberdades fundamentais no Brasil e na mobilização das pessoas, visando a conquista de melhorias de interesse de toda a sociedade. A coragem por eles demonstrada a cada dia de sua vida merece nosso respeito e apoio prático. Por esse motivo, é prioridade da política de direitos humanos neerlandesa ressaltar o trabalho desses homens e mulheres.

Os Países Baixos farão o que estiver ao seu alcance para destacar os esforços de defensores de direitos humanos em todo o mundo, divulgando seu trabalho para o conhecimento público. O Ministério das Relações Exteriores neerlandês financia projetos de ONGs que prestam apoio a defensores de direitos humanos: aprimorando suas capacidades; auxiliando em trabalhos conjuntos com as Nações Unidas; reforçando sua segurança; e mesmo oferecendo abrigo, caso se encontrem sob ameaça. Para nós, é motivo de orgulho o fato de que, em 2013, a Cidade de Haia servirá de Cidade Abrigo, onde, pela primeira vez, quatro defensores de direitos humanos permanecerão por um período de três meses, podendo descansar e, ao mesmo tempo, participar de um programa de capacitação e de encontros com personalidades relevantes na área de direitos humanos.

Nesta publicação, que faz parte da implementação desta política no Brasil, o leitor encontrará entrevistas com dez defensores de direitos humanos brasileiros. Todas essas entrevistas são excepcionais; até mesmo extraordinárias. A publicação é uma forma de valorizar essas pessoas e seu contundente trabalho, uma vez que oferece a oportunidade de divulgar suas trajetórias, ressaltando a coragem que demonstram em sua vida cotidiana e seus esforços no sentido de melhorar a situação dos direitos humanos para a sociedade como um todo.

Nesse sentido, merecem todo o nosso apreço e apoio os trabalhos da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República que, incansavelmente, durante os últimos quinze anos, vem implementando, promovendo e assegurando os direitos de cidadania neste país de dimensões continentais onde, dependendo do local, a situação dos direitos humanos ainda apresenta variados desafios. Em certas áreas, contudo, decisivas melhorias vêm sendo conquistadas. A proteção oferecida aos defensores de direitos humanos é apenas um exemplo desse empenho. É com grande satisfação que aproveitamos esta oportunidade para relatar as histórias desses defensores de direitos humanos e ressaltar a importância da sua atuação.

Felizmente, os Países Baixos compartilham com a União Europeia e o Brasil de um consenso quanto à preeminência do trabalho dos defensores de direitos humanos. As diretrizes de direitos humanos da União Europeia constituem estratégico instrumento para a implementação da política neerlandesa nessa matéria. Nosso objetivo é cooperar o máximo possível com as autoridades brasileiras, a União Europeia e seus Estados-Membros e com entidades do Sistema das Nações Unidas para auxiliar na atuação dos defensores de direitos humanos. Por meio desta publicação, estamos colocando em prática esta estratégia.

Esperamos que o leitor tire proveito das entrevistas e da documentação informativa que compõem esta publicação e que, por entender melhor a luta dessas mulheres e homens tão corajosos, encontre caminhos para ajudá-los nesse combativo trabalho.

Kees Rade

Embaixador dos Países Baixos no Brasil

Recebemos com muito prazer o convite da Embaixada do Reino dos Países Baixos para a parceria na elaboração da publicação *Dez faces da luta pelos Direitos Humanos no Brasil*, juntamente com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e a Delegação da União Europeia no Brasil. Esta obra foi elaborada com o propósito de ressaltar e apoiar o valioso trabalho desenvolvido pelos defensores de direitos humanos no Brasil. Nomes muitas vezes desconhecidos nacional e internacionalmente, mas cujas histórias precisam ser ouvidas pelo poder inspirador que carregam em suas lutas e trajetórias de vida.

As comemorações do Dia dos Direitos Humanos de 2012 têm como tema os direitos das pessoas de serem ouvidas em público e incluídas nos processos decisórios de formulação de políticas – sejam elas mulheres, jovens, minorias, pessoas com deficiência, povos indígenas, pobres ou marginalizados. A presente publicação tenta contribuir para essa missão, ecoando vozes capazes de fomentar a construção de uma sociedade e mundo cada vez mais justos e seguros para todos aqueles que querem e precisam ter acesso aos seus direitos.

Proteger os defensores e apoiá-los em seu trabalho deve constituir o aspecto central das estratégias dos Estados em matéria de direitos humanos. O apoio aos defensores dos direitos humanos também se caracteriza como um aspecto da cooperação internacional em todas as esferas no contexto do desenvolvimento, democratização e processos similares.

A *Declaração sobre Defensores dos Direitos Humanos* (1998) afirma que todos têm uma responsabilidade no que diz respeito a promoção e a proteção dos direitos humanos. É esta a grande contribuição da obra: sensibilizar um número ainda maior de pessoas sobre a questão, para que elas também se tornem defensoras dos direitos humanos, à sua própria maneira.

O Brasil tem avançado muito, particularmente com o trabalho da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República ao longo de mais de uma década. No entanto este país, dono de dimensões continentais e uma diversidade étnica e cultural muito grande, ainda enfrenta obstáculos consideráveis nesta luta. Nesse sentido, o trabalho conjunto e as parcerias pela promoção dos direitos humanos representam uma contribuição inelutável na consolidação deste caminho.

Por isso, não importa quão longa e quão difícil seja a jornada. O que importa é fazermos nosso melhor para que a justiça sempre prevaleça e para que todas as pessoas possam desfrutar dos direitos e da dignidade que merecem.

Jorge Chediek

Coordenador Residente da ONU no Brasil

Os defensores dos direitos humanos são a mais alta expressão da luta pela promoção e proteção dos direitos humanos e liberdades fundamentais, uma luta combatida principalmente em silêncio. A Delegação da União Europeia está muito orgulhosa em apoiar esta publicação, que comemora o excelente trabalho feito por dez defensores brasileiros.

O apoio aos defensores dos direitos humanos é um elemento de longa data da política da União Europeia em matéria de direitos humanos. No contexto das Diretrizes da UE para os Defensores dos Direitos Humanos, a Delegação da UE para o Brasil apoia a Secretaria de Direitos Humanos na sua atividade de preparação do Plano Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos. Atuamos juntos com os Estados-Membros representados no Brasil e estamos envolvidos com o Governo brasileiro e com a sociedade civil numa discussão rica, franca e construtiva para melhor proteger os defensores dos direitos humanos.

Gostaria assim de felicitar a Embaixada dos Países Baixos no Brasil, o Sistema das Nações Unidas e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República por esta percuciente iniciativa, e que é também uma boa representação da nossa atuação conjunta para a proteção dos direitos humanos.

Ana Paula Zacarias

Embaixadora, Chefe da Delegação da União Europeia no Brasil

A ONU e a proteção aos defensores de direitos humanos

A expressão direitos humanos já é bastante conhecida e difundida. Ela é adotada em todo o mundo com o advento da *Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas*, em 10 de dezembro de 1948. Naquela época, foi a primeira vez em que se falou globalmente de direitos que todos os seres humanos devem ter garantidos. A data é comemorada anualmente como o Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Desde então, em todo o planeta, milhões de pessoas vêm atuando para promover e proteger os direitos humanos. São os chamados Defensores de Direitos Humanos. De maneira geral, são pessoas que, individualmente ou em grupos, atuam para garantir na prática o que os princípios da Declaração Universal preconizam.

Os defensores atuam principalmente recolhendo e disseminando informações, fazendo *advocacy* e mobilizando a opinião pública a respeito de violações de direitos, bem como oferecendo apoio e suporte a quem teve seus direitos humanos violados.

Essa atuação pode acontecer nas mais diversas áreas: educação, execuções sumárias, conflito por terras, meio ambiente, discriminação, mutilação genital, acesso à saúde, questões trabalhistas, entre muitas outras.

Vale destacar que, de acordo com o Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos, um defensor de direitos não precisa se reconhecer como tal. O seu papel não exige qualificação profissional, mas sim consideração pelos outros seres humanos e a noção de que todos têm direito ao conjunto completo de direitos humanos. Na realidade, faz parte de sua função a vontade de ver esse ideal tornar-se realidade.

Em todo o mundo, uma boa parte desses defensores de direitos humanos estavam e estão sujeitos a violação de seus próprios direitos. São alvos de execuções, torturas, prisões arbitrárias, ameaças de morte, assédio moral, difamação, restrição de sua liberdade de ir e vir e de sua liberdade de expressão.

Essas violações foram a principal motivação para a criação da *Declaração sobre o Direito e o Dever dos Indivíduos, Grupos e Instituições de Promover e Proteger os Direitos Humanos e as Liberdades Fundamentais Universalmente Reconhecidos*, comumente conhecida como a *Declaração sobre os Defensores de Direitos Humanos*, de 9 de dezembro de 1998.

As Nações Unidas consideram que a implementação dos padrões internacionais de direitos humanos em seus Estados-Membros depende em grande parte da contribuição dos indivíduos e grupos de defesa de direitos humanos. E onde governos, estados, leis nacionais, polícia, judiciário, e o Estado não proveem proteção adequada aos direitos humanos, os defensores acabam sendo os últimos a terem seus direitos protegidos. Dessa forma, eles requerem uma proteção especial.

A *Declaração sobre os Defensores de Direitos Humanos* foi promulgada em 1998, por ocasião do 50º aniversário da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Ela reconhece a defesa dos direitos humanos com um direito em si, bem como reconhece as pessoas que fazem isso como defensores de direitos humanos.

Embora não tenha poder vinculante, a declaração contém uma série de princípios e direitos baseados em outros instrumentos internacionais que têm força de lei. Além disso, foi adotada por consenso pela Assembleia Geral e portanto representa um forte compromisso dos Estados-Membros pela sua implementação.

A declaração prevê apoio e suporte do Estado às atividades de defensores de direitos humanos. Também delinea alguns deveres específicos dos Estados e as responsabilidades de cada indivíduo no que diz respeito à defesa de direitos humanos.

A ideia é que juntos, defensor, estado e indivíduo, possam trabalhar para a garantia da segurança física e psicológica de quem atua defendendo os direitos humanos, bem como possam atuar cada vez mais garantindo os direitos universais da toda e qualquer pessoa.

O Brasil e a proteção aos defensores de direitos humanos

O Brasil vem sendo pioneiro na implementação das diretrizes da ONU presentes na *Declaração sobre o Direito e o Dever dos Indivíduos, Grupos e Instituições de promover e proteger os Direitos Humanos e as Liberdades Fundamentais Universalmente Reconhecidos*, ou *Declaração sobre Defensores de Direitos Humanos*.

Foi o único país a implementar, em 2004, um Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos executado pelo governo. Ligado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, reconhece a importância dos defensores para a efetivação dos direitos e adota e articula medidas para a proteção de pessoas que atuam na promoção e proteção de direitos e que, por conta dessa atuação, estejam ameaçadas. Em 2007, outro grande avanço aconteceu com a instituição da Política Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos.

O Programa busca incidir na superação das causas que geram a situação de risco e ameaça. Para alcançar esse objetivo, atua na articulação de medidas e ações com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e com a sociedade civil organizada. Atualmente, está presente em oito estados brasileiros: Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Ceará.

O defensor é atendido por equipes técnicas estaduais, onde há programa estaduais, ou pela equipe técnica federal, naqueles estados sem programa. Por meio desse atendimento, ele é acompanhado desde a solicitação de inclusão até o seu desligamento. Eles são constantemente monitorados, e o risco e a situação de ameaça em que se encontram são permanentemente avaliados. O programa oferece visitas periódicas no local de atuação do defensor, atendimento psicossocial, acompanhamento das investigações e denúncias e das articulações com os órgãos responsáveis para a implementação das medidas protetivas.

A solicitação para ingresso no programa pode ser feita pelo próprio defensor ou por redes de direitos, entidades e organizações da sociedade civil, Ministério Público ou

qualquer outro órgão público que tome conhecimento da ameaça ou violação à qual a pessoa esteja exposta. A inclusão do defensor levará em conta a gravidade da violação ou da ameaça, a dificuldade de preveni-las ou reprimi-las pelos mecanismos convencionais de segurança pública. Alguns critérios são observados, tais como:

Atuação na defesa ou promoção dos direitos humanos – deve ficar comprovado que o interessado atue como defensor de direitos humanos;

Nexo de causalidade – a violação ou ameaça sofrida pelo interessado deve decorrer de sua atuação na defesa ou promoção dos direitos humanos;

Anuência às normas – o interessado deve aceitar as normas e condições do Programa.

Cada Programa possui uma Coordenação, Nacional para o Programa Federal e Estadual para os Programas Estaduais. São órgãos deliberativos que têm como objetivo debater a política e as estratégias de proteção aos defensores dos direitos humanos, deliberar pedidos de inclusão e desligamento, bem como, medidas protetivas a serem adotadas e articuladas junto aos órgãos responsáveis.

As medidas protetivas do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos compreendem articulações com os órgãos e entidades, públicas e privadas, visando à resolução de conflitos e a superação das causas que geram as ameaças; com os órgãos do sistema de justiça dos estados e da União para a defesa judicial e apoio no acompanhamento das violações; com os órgãos de segurança pública dos estados visando a garantia da segurança do defensor de direitos humanos e apuração das violações; de medidas psicossociais; de ações que possibilitem o reconhecimento da atuação do defensor de direitos humanos na sociedade; e, excepcionalmente, a retirada provisória do defensor do seu local de atuação em casos de grave ameaça ou risco iminente.

Dez faces da luta pelos Direitos Humanos no Brasil

Dez pessoas, dez histórias de vida e um denominador comum: uma força extraordinária para exercer sua cidadania e lutar pelos direitos humanos.

As entrevistas a seguir buscam dar voz a dez defensores brasileiros, selecionados pelo Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, com atuações em áreas distintas: direito a terra, a vida, a um tratamento adequado e não-violento, ao meio ambiente, a manutenção de comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e de pescadores.

As entrevistas mostram a atuação desses dez defensores, as dificuldades e os ganhos coletivos de sua ação e o lado humano da luta, que infelizmente gera perdas, medos e frustrações. Pessoas extraordinárias que continuam e continuarão lutando por um país mais justo, no qual os direitos universais possam ser desfrutados pela totalidade da população.

Essa publicação pretende ser uma homenagem a esses cidadãos e cidadãs e, assim, a todas e todos que defendem os direitos humanos.



Alexandre Anderson de Souza

“Na luta, encontrei minha paz”

Desde 2003, o pescador Alexandre Anderson de Souza vem travando uma batalha em favor da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, e de comunidades de pesca artesanais que vivem do que a baía tem para oferecer, frente à construção de empreendimentos petroquímicos que afetam o meio ambiente local. Desde então, colocou a defesa da garantia de condições de vida dignas para milhares de pescadores como principal objetivo de vida, perpassando inclusive questões pessoais. Mesmo sob ameaças e tendo presenciado perdas de companheiros de causa, é difícil para ele pensar em planos para o futuro que não estejam associados a esse objetivo.

Alexandre é fundador e presidente da Associação dos Homens do Mar do Rio de Janeiro (Ahomar). Montou um sindicato de pesca no estado e sonha em criar a primeira confederação nacional de pescadores artesanais no país. Vem divulgando a questão no Brasil e no mundo com o apoio de organizações e se articula com técnicos e universidades para comprovar cientificamente os estragos já feitos e o impacto que a continuação desses empreendimentos pode causar.

Aos 42 anos, Alexandre quer expandir a sua atuação. Recentemente, passou a ser integrante da executiva nacional do Movimento Nacional pela Regularização dos Territórios Pesqueiros e irá atuar também na região Sul do país.

Como e por que surgiu a Ahomar?

Seu embrião surgiu em 2003, com a criação do Grupo de Homens do Mar da Baía de Guanabara, que congrega líderes de pescadores de Magé, na periferia do Rio de Janeiro. Na época, tinha acabado de acontecer, em 2000, um dos maiores desastres ambientais do Brasil, o vazamento de mais de 1,3 milhão de litros de óleo na Baía de Guanabara. Isso gerou um passivo ambiental muito grande para o meio ambiente.

Depois desse acidente, acreditávamos que iriam dar um descanso para a baía. Mas um ano depois começaram a construir um novo duto no mar, atrapalhando a pesca. Dei a ideia de criarmos um grupo para lutar contra esse tipo de empreendimento. Eu nem queria ser líder desse grupo, nem me considerava um, mas os pescadores me convenceram, porque eu era um pouco mais articulado que eles, porque nem sempre vivi da pesca.

Por que virou pescador?

Meu pai, falecido, era engenheiro civil, minha mãe, dona de casa e irmãs advogada e engenheira. Eu só completei o ensino médio e trabalhei em uma empresa uruguaia e em outra empresa russa que prestavam serviços para a atividade aduaneira. Essa última fechou a sede no Brasil e queria me levar para a Rússia, mas eu preferi ficar com a família. Meu cunhado já era pescador, e resolvi seguir esse caminho. Comprei um barco com o dinheiro da rescisão do meu contrato. E foi aí que comecei a ver o caíçara, o pescador original, sendo massacrado a todo momento. Por isso dei a ideia de criar um grupo, porque não se resolve nada sozinho.

Quando o grupo virou associação?

Em 2007, o grupo virou a Ahomar. Estávamos com carência de uma estrutura oficial para poder fazer notificações, representações formais, pedidos de documentos. Já estávamos atuando dentro dos órgãos licenciadores e das empresas de petróleo que ocupam a Baía de Guanabara, querendo saber o porquê de estarmos sendo impedidos de pescar e não nos apresentavam uma alternativa para isso.

A Ahomar atualmente tem quase dois mil associados em sete municípios da baía. Mas representamos mais de 4,6 mil pescadores, porque a lei diz que ninguém é obrigado a associar-se, mas podemos representar um não-associado se ele nos der permissão. Fizemos ações para seguro defeso, auxílio-maternidade das pescadoras, algumas ações de aposentadoria, que beneficiam o coletivo, não apenas os associados.

Também criamos um sindicato de pescadores que envolve 13 regiões do Rio de Janeiro. Isso é estratégico porque esse tipo de organização se torna representativa e tem visão e voz em qualquer lugar. Embora o registro ainda não tenha saído, já estamos atuando como sindicato.

Com isso, continuamos lutando frente à presença de empreendimentos petroquímicos na Baía de Guanabara, fazendo manifestações, denunciando e dando visibilidade ao problema. Além dos dutos, petroleiros e rebocadores em si, que destroem o nosso espaço de pesca, estão querendo fazer uso industrial do rio Guaxindiba, localizado dentro de uma Área de Proteção Ambiental, o que causará um estrago de grandes proporções ao meio ambiente.

Qual o impacto ambiental e social dessa presença ?

Desde 2003, passamos a verificar que a nossa área de atividade marinha estava sendo tomada sem comunicação, sem audiência pública. Havia navios, lançamentos de dutos, rebocadores, e a comunidade não era ouvida. Verificamos que, já após o vazamento em 2000, houve uma grande diminuição do pescado. A Baía de Guanabara tem uma característica extrativista. Não dá para fazer criadouros, por conta da variação de salubridade da água. Em 2010, começamos a fazer um mapa participativo, com a ajuda da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para descobrir as diferenças nas localidades de pesca e na quantidade de pescado entre a década de 1990 e a de 2000. Visitamos 28 comunidades e construímos uma revista e um mapa – o pescador tem um senso de localização muito poderoso. Não houve divergências: estamos pescando 80% menos em relação ao final dos anos 90.

O problema é o empobrecimento. E isso gera um grande impacto na vida do pescador. Temos locais com êxodo – o que gera dois problemas: o fim das aldeias de pescadores e do seu entorno (escolas, comércio, cultura), e a pressão e a sobrepesca em outras comunidades pesqueiras para as quais eles migram. Além disso, identificamos suicídios, alcoolismo e um grande risco para os filhos de pescadores. Existia a lógica natural de que o filho de pescador iria ser pescador também. Mas sem peixe e sem dinheiro, existe uma facilidade grande de cooptação pelo tráfico.

Existe uma questão histórica importante também ali. O pescador é o coração de toda aquela região, quando se atropela ou destrói esse coração, se mata um todo. A Baía de Guanabara está morrendo e os filhos dela, os pescadores, também. Isso também vai gerar um problema social para moradores que não estão em locais diretamente relacionados com a comunidade. Vão existir cidades fantasmas, aumento da crimina-

lidade, problemas de logística – para onde irão o pescador e o filho do pescador? Vai sempre haver um desgaste social.

Além disso, é possível dizer que a Baía de Guanabara é uma bomba-relógio. Temos navios com toneladas de gases ao lado de quartéis de combustíveis e munição. As chances de vazamento, acidente e explosões são grandes e colocam toda a região em risco.

O que os pescadores reivindicam nessa luta?

Na verdade, nunca procuramos o ressarcimento. Nenhuma empresa pode nos acusar de ter ido pedir dinheiro. Nós fizemos muitas assembleias, e os pescadores sempre falam que não querem dinheiro. Eles não querem parar de pescar, querem ganhar seu sustento como seus bisavôs, avôs e pais: na pesca, com dignidade e com o contato com a natureza. A pesca artesanal tem uma relação muito forte com o local de pesca e moradia. Nós moramos na beira do rio ou mar onde estão nossos barcos, e pescamos onde está a nossa casa. Temos todo o conhecimento do território. Por isso somos artesanais. Se não fosse assim, seríamos pescadores industriais.

Queremos o reconhecimento dos nossos direitos de fazer o que sempre fizemos. Se não der para tirar o que já foi implementado na Baía de Guanabara, que pelo menos não se construa mais lá, que não avance. Que os terminais de refinarias que estão lá fiquem até acabar, mas que deixem o restante para nós, que talvez a gente consiga sobreviver e perpetue essa pesca por até mais uns cem anos.

Se avançar mais um pouco, a gente vai ficar fora. É preciso achar uma saída digna para os pescadores da Baía de Guanabara.

Essa situação se repete nas comunidades de pescadores espalhadas pelo Brasil?

Sim. A situação é parecida. Nós estamos perdendo nosso meio de vida para os grandes empreendimentos que vêm enriquecer e valorizar o grande capital. A presença de uma usina de energia eólica, de uma fazenda de carcinicultura, de uma mineradora ou de uma grande petrolífera raramente significa desenvolvimento local ou socioambiental para as comunidades tradicionais ao redor. A responsabilidade social está na cartilha, mas não é aplicada.

Na realidade, as comunidades tradicionais, seja de pescadores, quilombolas, indígenas, são consideradas uma pedra no sapato. No nosso caso, a gente está vendo que a Baía

de Guanabara está sendo tomada por grandes empreendimentos, só que não estão conseguindo nos tirar do local de forma clara. Estão eliminando a gente devagarzinho, psicologicamente também.

Você se refere à violência e ameaças?

Sim. Alguns companheiros de luta foram assassinados, todos meus amigos, e isso nos abala psicologicamente também.

Eu e minha esposa vivemos constantemente sob risco e sob ameaças de morte. E certamente isso interfere na minha vida particular. Tive que parar de pescar, porque não era mais seguro. Começaram a matar gente no mar. Para se ter uma ideia, tive que vender três motores de popa, dois barcos e uma lancha que eu tinha comprado com o dinheiro da pesca. Vivo hoje de alguns trabalhos como despachante que eu faço, mas também conto com vizinhos, comerciantes, amigos, para nos ajudar a pagar algumas contas.

O que não entendem é que com mais tempo livre, com a pesca ociosa por causa dos riscos, minha militância passou a ser ainda maior. Consigo dar maior visibilidade ao problema, especialmente em nível internacional.

Você sente medo?

Viver ameaçado é viver sabendo que a qualquer momento a sua luz pode ser apagada. Mas eu não tenho mais medo da morte, eu vivo um dia de cada vez, eu agradeço a vida a cada dia que acordo, porque talvez um dia eu não acorde mais. É uma realidade que tenho que assimilar, porque já sofri seis atentados e vi quatro companheiros mortos. O pessoal fala que eu sou muito acelerado, mas é porque tenho receio de não estar vivo amanhã para tocar a luta. Estou tentando ensinar a minha mulher para ficar no meu lugar e outros companheiros a trabalhar.

Há um apoio e uma visibilidade internacional muito grande à causa defendida pela Ahomar. Como isso funciona?

A visibilidade é outra faceta da luta que se tornou interessante porque mostra um problema. Existe uma cortina da grande mídia brasileira, que não dá visibilidade ao tema. A grande mídia só vai a Magé quando tem morte. Entretanto temos um acompanhamento constante de veículos de comunicação internacional: Washington Post, Al Jazeera, o L'Expresso.

Além desse apoio da mídia internacional, temos organizações que nos ajudam bastante. A *Oil Watch* e a *Frontline* nos ajudam em viagens, em subsídios para a compra de material para a associação, nos colocam no mapa internacional da luta dos pescadores. Já estive falando sobre o problema na Suíça, França, Colômbia e Equador.

Essas organizações já tentaram me tirar do país, por causa das ameaças, mas nem eu nem minha esposa quisemos abandonar a luta.

Essa visibilidade internacional ajuda também outros grupos. Atualmente, estamos fazendo uma ação bilateral com os Maori, na Nova Zelândia. A pesca na tribo vem sendo prejudicada pela construção de empreendimentos petroquímicos, e o cônsul de uma cidade na parte oeste da ilha nos procurou. Eles queriam saber como eram feitas as barqueatas que fizemos no Rio como protesto, e nós estamos ajudando-os a lutar contra o empreendimento.

No Brasil, temos muito apoio da comissão de direitos humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, que faz um trabalho muito bom e da defensoria pública do núcleo de direitos humanos do estado, que me apoia nas audiências criminais. Atualmente não estou sofrendo processo, mas já tentaram me criminalizar por doze vezes. Fui absolvido nas doze. Nem a Ahomar nem o sindicato estão sofrendo processo também.

Você sente falta de pescar?

Sim, pretendo voltar a pescar, mesmo assumindo os riscos. Preciso sustentar minha família, estou em uma precariedade muito grande e eu sei o mínimo que eu tenho que prover à minha família e os bicos que faço oferecem muito pouco. Tenho certeza que quando eu voltar vou me sentir mais feliz.

Além de voltar a pescar, quais são os planos para o futuro?

Teremos duas campanhas. Uma é pelo território das comunidades tradicionais pesqueiras brasileiras. Vamos usar a experiência com o mapa participativo da Baía de Guanabara e partir para outros territórios brasileiros nos quais as comunidades de pescadores estejam sendo ameaçadas pelos grandes empreendimentos. Outra iniciativa é a criação de uma área de exclusão de petrolíferas na baía. Mas nada de fazer lei com as próprias mãos. Vamos sinalizar visualmente todas as áreas de pesca para proteger o que ainda nos resta. Marcaremos os pontos por meio do mapa participativo, primeiramente sinalizando com boias e futuramente, com a permissão de algumas instâncias, colocaremos placas com os dizeres: “Se afaste. Área pesqueira”.

Além disso, vamos mudar o nome da associação para Associação dos Homens e Mulheres do Mar do Rio de Janeiro, no início de 2013.

E em nível pessoal?

Eu não tenho mais ambição pessoal, já tive muita, mas agora não. Todos os meus planos pessoais levam à luta. Quero fazer uma faculdade de Direito para ajudar a alimentar mais a luta, bem como a minha esposa também irá estudar gestão ambiental com esse objetivo. Ganhamos bolsa de estudos. Mas quero continuar militando, fazer meu sindicato funcionar, e quem sabe fundar a primeira confederação nacional de pescadores artesanais.

Eu tenho muito orgulho da luta e de ser pescador. Eu olho pra homens com a pele bem enrugada e cabelo branco como uma ovelha, aquela mão forte, aquele coração batendo que você vê estufando no peito, pescando, e me vejo neles. Tenho inveja de estar naquele corpo, de certa forma, eu sinto um pouco aquela energia e me sinto caíçara.

Foi na pesca e na luta que achei a minha paz. Antes eu pensava muito no “eu” e no meu futuro, talvez no da família. Mas a vida não é isso não. O que adianta viver a vida inteira se eu não posso fazer nada por este mundo que estou vivendo? Escolher entre viver para nada ou morrer para alguma coisa? Eu prefiro morrer por alguma coisa.



Eliseu Lopes

“Nós não somos violentos, e mesmo assim continuamos morrendo”

O Guarani-Kaiowá Eliseu Lopes, de 37 anos, começou a se envolver com as questões indígenas em 2003, quando se tornou professor da aldeia de Taquapiri, no Mato Grosso do Sul. Desde 2007 se tornou porta-voz do Movimento Aty Guasu, que reúne os Guarani-Kaiowá, e se engajou na luta pela recuperação da terra que historicamente pertencia a seus antepassados, Kurusu Amba, e no apoio a lideranças nos outros 35 acampamentos indígenas do estado.

Atualmente, o defensor está atuando em Brasília, como coordenador de mobilização da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, lidando com questões indígenas de todo o país. Mas continua membro do Movimento Aty Guasu e representa as comunidades do Mato Grosso do Sul na capital federal. E pretende voltar logo para a sua terra.

Como você se tornou liderança indígena dos Guarani-Kaiowá de Kurusu Amba?

A minha luta começou pela área de educação indígena, em 2003. Por falar o português e o guarani, e por ter aprendido com os mais velhos, decidi dar aulas para crianças na aldeia de Taquapiri. Comecei a participar de comissões de professores e a batalhar para levar educação diferenciada principalmente para nossa comunidade. Quando

falo em educação diferenciada, quero dizer uma educação que passe para as novas gerações as nossas tradições, nossa cultura. Quando eu estudei, os professores eram não-índios, vinham de outros estados, não falavam guarani. Esse próprio resgate da tradição indígena é uma conquista da mobilização dos índios.

Nós queremos também que a educação aborde a nossa história de lutas e explique para as crianças a situação que os Guarani-Kaiowá estão vivendo no Mato Grosso do Sul. Elas precisam saber que essa luta é sequência de um sofrimento que vem sendo imposto a nós há mais de quinhentos anos. Por isso comecei a me mobilizar e a lutar por algumas coisas dentro da aldeia onde trabalhei durante quatro anos.

Como você passou a atuar na defesa dos direitos dos Guarani-Kaiowá à terra?

Juntamente com meu trabalho de professor e de minha participação na comissão de professores indígenas do estado, passei também a procurar e a me mobilizar por documentos históricos que comprovassem que as terras de Kurusu Amba pertenciam aos índios. Isso porque havia uma série de famílias que estavam morando na aldeia de Taquapiri, inclusive a minha, apenas porque haviam sido expulsas de sua terra no passado, há cerca de cinquenta anos. Essas terras foram transformadas em fazendas.

Com esses documentos e comprovações, e junto com outras lideranças, essas famílias voltaram para ocupar a terra que era delas, a partir de 2007. Mesmo tendo sido expulsos, nunca deixamos de lado esse sentimento de que aquela terra era nossa. Nós temos uma ligação muito forte com o lugar, para os indígenas a terra é uma questão muito significativa. Nos sentimos espiritualmente em liberdade, livres para exercermos a nossa cultura. O contato com a natureza também é importante, porque como fomos morar em outra aldeia, a de Taquapiri, inchamos o local, e as terras ficaram poucas pra tanta gente.

Eu estava vendo muita liderança ser morta, meus parentes e minha família de sangue sofrendo, acampados à beira de uma rodovia federal esperando uma demarcação de terras que nunca acontece. Então também me engajei na luta. Nesse ano, o movimento Aty Guasu me chamou para ser porta-voz deles.

Como é hoje a situação em Kurusu Amba?

Não só lá, mas como em todo o Mato Grosso do Sul, os índios estão ocupando as terras deles, retomando antigas fazendas que já foram comprovadas por relatórios que são terras indígenas. São 36 acampamentos ao todo. Foi divulgado por fazendeiros, pela mídia, que quando saísse a demarcação, nós iríamos tomar Mato Grosso do Sul inteiro.

Só que isso é uma mentira que eles estão pregando. As ocupações, os fechamentos de estrada, as barreiras, são uma forma de chamarmos a atenção do governo para a nossa situação.

Por conta dessas ações, a gente vem sofrendo muita violência, ameaças e muitas mortes de lideranças. Os Guarani-Kaiowá não têm a natureza violenta, isso não faz parte de nosso aprendizado e nossas tradições. Se fôssemos, já teríamos matado muitos fazendeiros, e isso não aconteceu. Nós não usamos violência, mas continuamos sofrendo violência, atentados, assassinatos. A gente não quer mais sangue.

Em relação à minha aldeia específica, hoje somos setenta famílias acampadas em uma área de 500 hectares, sem qualquer atendimento ou infraestrutura decente. Dependemos de cestas básicas do governo, que nem sempre chegam, e não temos educação ou atendimento em saúde. Então a situação fica muito difícil para as famílias e, principalmente, para as crianças. Só em 2010, morreram quatro por desnutrição, por exemplo.

Embora a violência contra os Guarani-Kaiowá ainda seja a tônica da situação na região, existem alguns fatores que podem ser considerados como conquistas da sua liderança e do movimento Aty Guasu como um todo?

Conseguimos que os povos indígenas se organizassem mais na base. As lideranças se multiplicaram. Além disso, outros grupos se mobilizaram. Agora, temos movimento Aty Guasu dos jovens, das mulheres, do rezador, dos professores. Pelo menos duas vezes por ano, o movimento reúne todos os seus participantes para discutir não só as retomadas de nossas terras, mas também saúde, educação, política. Portanto, de maneira geral, o movimento vem se fortalecendo por meio da luta. Todos eles falam: “chega de sangue”. Não dá mais para continuar assim.

Outra conquista importante foi a mobilização que fizemos para que os culpados pelo assassinato do cacique Nísio Gomes fossem punidos. Nísio era meu amigo e uma das principais lideranças Guarani-Kaiowá. Foi morto em um ataque em novembro de 2011, após ter liderado a ocupação do acampamento Guayvirý, perto da fronteira com o Paraguai. Ele sempre falava “aquelas terras são nossas, dos meus avós, dos meus pais”. Sempre dizia que ia retornar. Retornou e morreu.

A partir da morte dele nós fizemos um movimento para repercutir o ataque, para mostrar para o país o que os Guarani-Kaiowá estão passando. Fomos ao local rapidamente, fizemos fotos, mostramos o sangue que foi derramado. Divulgamos isso

na mídia. Depois, as lideranças e outros se mobilizaram para protestar contra o ataque, interditando estrada, fazendo caminhadas para mostrar às autoridades que os Guarani-Kaiowá não estão sozinhos, que todas as aldeias estão interligadas, que a gente tem força.

Continuamos fazendo articulações e mobilizações ao longo de 2012 e conseguimos que a Polícia Federal fizesse um inquérito e mandasse prender os culpados pela morte do Nísio, embora o corpo dele ainda não tenha sido achado. Pelo menos agora mostramos que a Justiça faz alguma coisa. Porque os fazendeiros não tinham mais medo, porque não eram punidos. Eles anunciavam a quem quisesse ouvir que iriam derramar mais sangue. Talvez agora eles vejam que podem sim sofrer consequências.

Como você avalia a atuação da imprensa em relação aos problemas indígenas?

Existem os dois lados. A imprensa tem um papel importante porque pode mostrar para o mundo a nossa realidade, o que estamos passando, o que a comunidade e as crianças vêm sofrendo, a forma como estamos sendo atacados, o porquê de isso estar acontecendo. Principalmente porque muitas pessoas não conhecem a situação indígena no país, não apenas as do Guarani-Kaiowá. Não entendem as nossas diferenças culturais, não nos enxergam como ser humano.

Por outro lado, muitas vezes somos discriminados pela mídia. Principalmente a imprensa local é contrária aos índios, publica inverdades, dificulta a nossa mobilização. De uns tempos para cá estamos conseguindo aparecer mais na imprensa como um todo. A questão da morte do Nísio é um exemplo disso. Agora já temos algumas pessoas que sabem mexer com essa parte, que estão preparados para lidar com a mídia. A internet também ajuda bastante, porque em muitos locais de base a mídia não consegue chegar, ou temos apenas a presença da mídia contrária a nós. Estamos lá fotografando, mostrando a realidade da situação e usando as páginas e os e-mails da nossa rede de organizações parceiras para divulgar a nossa versão dos fatos, e isso de certa forma repercute na mídia tradicional.

O que mais te marcou ao longo de sua atuação?

Em primeiro lugar, a força de resistência dos Guarani-Kaiowá, mesmo diante do sofrimento, das crianças, das mulheres chorando sob ataques e ameaças sem ter proteção para se defender. Mesmo com perseguições, com a falta de condições, a luta não está parada, estamos buscando nossos direitos. Em qualquer luta, em qualquer

movimento, a gente sempre tem a fé, aquela esperança de que vamos alcançar nossos objetivos. Esse é o ensinamento que recebemos. E isso me deixa fortalecido para continuar lutando.

Outra coisa marcante, porém para o lado negativo, é a demora em se resolver essa questão no Mato Grosso do Sul. Isso dificulta a luta para a gente, para quem está lá na base. A vida fica difícil, isso gera perseguições e mortes. Por isso precisamos que a questão seja resolvida. É preciso que pelo menos essas áreas que estão sendo retomadas sejam demarcadas. Nem que seja pouca área, mas pelo menos onde eles ocupam o pedaço de terra que eles sabem ser deles e querem de volta.

Você mencionou que o movimento discute e reivindica outras questões além das terras. Quais são elas?

Quando demarcarem nossas terras, vamos precisar principalmente de muito apoio para a produção, porque não adianta ter terra sem apoio para termos condições de trabalhá-la. A terra que os Guarani-Kaiowá estão reivindicando já está bastante degradada. Não tem mais mata, não tem mais peixe. E para recuperá-la e produzir nosso próprio sustento, vamos ter muito trabalho. Será necessário também investimento em educação e saúde naquelas regiões

Sem essas coisas, corremos o risco de repetir a situação da reserva indígena de Dourados: uma superpopulação com falta de condições dignas de vida gerando violência, tráfico de drogas, alcoolismo, crianças morrendo por desnutrição. É possível evitar que as outras terras indígenas se transformem em “novas Dourados” com apoio e políticas de incentivo.

Você sentia que estava com a vida ameaçada quando atuava na base?

Sim. Enquanto estava atuando na base, desde 2007 não podia mais ficar muito tempo em um lugar só, em uma aldeia só. Passava um mês em uma, outro mês já mudava para outra. Isso influenciou na minha separação. Eu não tenho um espaço para ficar tranquilo com a minha família. É uma situação difícil, existe medo, porque não temos para onde correr. Por isso temos que enfrentar essa vida, não tem alternativa, temos que buscar o que é nosso.

Agora estou morando em Brasília, atuando nacionalmente, mas essa é uma situação temporária. Um dia vou voltar, porque lá é a minha casa. Pertencço àquelas terras.



Evane Lopes

“Ainda vivemos à margem da sociedade esperando migalhas”

Aos 36 anos, Evane Lopes protagonizou uma série de ações em prol da comunidade quilombola de São Domingos e de outras quatro comunidades da região de Paracatu (MG), noroeste de Minas Gerais, onde a mineração e o latifúndio têm papel influente na política de municípios. Seu poder de liderança e articulação, bem como sua determinação em enfrentar tanto organizações não-governamentais quanto empresas poderosas da região, renderam benefícios.

Como presidente da Associação Quilombola São Domingos, colaboradora da região noroeste da Federação Quilombola de Minas Gerais e militante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), conseguiu garantir direitos básicos para a população quilombola, exigir reparação de uma grande empresa que atua no local e levar as cinco comunidades da região para conversar com a presidência da república. Também ganhou projeção como defensora de direitos: em setembro de 2012, foi selecionada para integrar o Grupo Nacional Assessor da Sociedade Civil da ONU Mulheres.

Casada desde os 17 anos e com três filhas, em 2012 Evane se viu ameaçada de morte por causa de sua atuação. Mas não pensa em parar de atuar. Além de toda a militância, a defensora estuda Direito em Paracatu com o objetivo de incidir ainda mais fortemente

nas injustiças cometidas cotidianamente contra as populações tradicionais em nome do dinheiro e do poder.

Como se construiu a sua relação com as comunidades quilombolas?

Eu nasci e cresci na comunidade quilombola São Domingos. Pertencço a uma das famílias que deu origem ao quilombo. Minha tetravó realmente foi escrava, e desde pequena estive envolvida com as histórias sobre negros escravizados no Brasil, contadas pelos mais velhos. Porque são eles a fonte de toda a sabedoria existente. Aos 10 anos de idade, saí recolhendo a história das pessoas da comunidade, porque o meu sonho era escrever um livro sobre ela. Tenho comigo guardado até hoje um caderno com essas histórias. Eu me apaixonei por ouvir as pessoas mais velhas e entender o passado da nossa comunidade, por conhecer nossas origens.

Ao longo do tempo, entretanto, fui percebendo que a sabedoria ancestral estava sendo podada, porque pessoas começaram a se apossar das terras da nossa comunidade. Eu via a luta do meu tio e do meu avô para defender um território que era nosso. Importante dizer que a gente não utilizava armas, apenas palavras e algumas vezes a força do braço. A comunidade, que era aberta, passou a ter cerca de arames por causa de invasões, por volta de meados da década de 1980, época de exploração do garimpo na comunidade. Inicialmente era um garimpo tradicional, feito pelos próprios negros, que depois foi atraindo outras pessoas. Cresci em meio a tudo isso e, de certa forma, essas questões ficam guardadas em nossa mente.

Foi por conta dessa invasão que você começou a atuar na defesa dos direitos da comunidade?

Essa foi a base. Já criança tinha vontade de fazer alguma coisa para mudar a situação. Mas a gente deve respeito aos mais velhos e eu não podia fazer nada. Eu me casei em 1993 e comecei a atuar na igreja da comunidade. Nessa atuação, a minha maior preocupação foi resgatar as nossas tradições e rezas antigas que estavam se perdendo. Rezávamos aos pés da árvore de jenipapo, onde nossos antepassados foram enterrados. Tentei fazer um trabalho como educadora na comunidade para preservar também os trabalhos e simpatias que fazíamos embaixo do pé de cedro, que em nada infringiam o catolicismo. Fiz um trabalho de conscientização a esse respeito.

Antes ainda de atuar como integrante da Associação Quilombola São Domingos, fui professora na escola da comunidade durante seis anos. E essa foi uma das minhas primeiras lutas. Encontrei uma escola que atendia as comunidades da região, pratica-

mente de portas fechadas, com poucos alunos e que não estava preservando as tradições. E naquela época, nem conhecia ainda as questões sobre a comunidade quilombola. Fui à Secretaria de Educação de Paracatu, que inicialmente tentou desenvolver um projeto conosco. Em 2002, entretanto, por questões políticas de mudanças no governo, tive que sair da escola. Isso gerou evasão escolar na comunidade junto ao projeto que executei com os adultos, pois a educação infantil já quase não existia mais. Em uma comunidade quilombola, quando existe uma interrupção no trabalho, não adianta contratar professores de fora do local. Mas continuei lutando pela preservação da tradição em outras frentes.

Quando você começou a atuar na Associação Quilombola São Domingos?

Em 2002, já existia um processo de reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombos, e um antropólogo foi contratado para fazer estudos. Fui convidada para acompanhá-lo até o processo de criação da associação, um dos requisitos fundamentais para o reconhecimento da titulação das terras da comunidade. Na época, pediram para que eu fosse presidente. Porém achei melhor que uma pessoa mais velha, com mais tradição, assumisse o cargo. Fiquei como primeira-secretária, e acompanhava a diretoria em viagens, em seminários, em apresentações da comunidade. Estávamos levando projetos para o interior da comunidade também.

Comecei a presenciar situações que não me agradavam. No final de 2004 descobri que os recursos repassados pelo governo federal para a execução de projetos na comunidade estavam sendo utilizados para outros fins. Esses recursos não eram enviados diretamente à associação, pois outras pessoas os gerenciavam. Fui questionar o fato com os integrantes da diretoria, e me falaram que eu estava me metendo demais onde não era chamada. E eu aprendi com meu avô que a única coisa que nós temos para zelar sempre é o nosso nome. Não queria de forma alguma estar relacionada a isso. Pedi demissão e me afastei das atividades na comunidade. Cheguei a sofrer tentativa de suborno para ficar calada e, claro, eu recusei. Estava defendendo os interesses da minha comunidade. Naquela época me senti muito sozinha, ninguém da diretoria da Associação me apoiou.

Como você enfrentou o problema?

Cheguei a denunciar isso a instâncias estaduais, mas a questão política falou mais alto, e nada foi feito. A gota d'água para mim foi em 2008, quando me procuraram para

denunciar superfaturamento de compras para um projeto a ser executado na comunidade. Eu me indignei e ainda naquele ano resolvi assumir a diretoria da Associação. Consegui reunir um grupo de pessoas para isso. O comando não havia mudado ainda, como é obrigatório, porque ninguém queria assumir. Como apareceu esse grupo, a diretoria anterior foi desfeita.

Uma das minhas primeiras ações foi cancelar qualquer atividade com as organizações que atuavam na comunidade. Isso gerou pressão, gerou conflitos. A antiga diretoria reativou a associação de moradores para continuar mantendo os antigos projetos. Ou seja, gerou um racha na comunidade e esse atualmente é o maior foco de conflito interno que há por lá.

O que a fez ser projetada nacionalmente como defensora dos direitos das comunidades quilombolas. Quando e como aconteceu essa projeção?

Inicialmente, sob a nova direção, a Associação começou a realizar um trabalho com a mineradora que atua em São Domingos e de outras comunidades quilombolas de Paracatu. Eles tinham a obrigação de custear algumas atividades na comunidade, em contrapartida à atividade de mineração que exerciam. Ainda em 2009 fomos procurados pelo Ministério Público, que estava questionando a veracidade de documentos que justificavam essa contrapartida. Tive acesso ao processo e percebi que eles alegavam realização de ações que não existiam na comunidade. E isso me indignou.

Então foi marcada uma audiência pública, com a presença de vários atores influentes, como a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a Fundação Palmares, o Incra, entre outros. Consegui obter um relatório não divulgado pela mineradora, demonstrando que eles aplicavam em suas políticas o oposto do que divulgavam para autoridades. E apresentei na reunião.

Inicialmente a mineradora havia garantido que jamais iriam tirar as comunidades de suas terras e que respeitavam a cultura local. Entretanto o documento informava que a nossa área estava localizada exatamente em cima da mineração que eles precisavam fazer; que nossa água corria risco de contaminação; que o ar que a gente respirava estava com alto nível de contaminação, entre outros. Ou seja, eles sabiam que havia riscos para a população quilombola, mas esconderam isso.

Depois do processo, a mineradora foi obrigada de fato a cumprir as condicionalidades para exercer a atividade na região: indenizar a população, reparar casas que racharam por conta de explosões, entre outros. Ainda não foi feito, mas esperamos que isso seja resolvido em breve.

E como essa audiência impulsionou sua atuação?

O relatório gerou repercussão, e a partir desse dia comecei a falar não apenas por São Domingos, mas por todas as comunidades quilombolas da região. Desde então, minha atuação e militância fluíram. Fui convidada pela Federação Quilombola de Minas Gerais para atuar como coordenadora das comunidades do noroeste do estado e, posteriormente, também fui convidada a atuar como militante da Conaq, participei de seminários em todo o Brasil, expus a situação. Além disso, fui selecionada para integrar o Grupo Nacional Assessor da Sociedade Civil da ONU Mulheres. Aquela menina pobre que veio do quilombo passou a ser vista com outros olhos.

Passei a participar de reuniões e iniciar diálogos com vários órgãos a respeito da situação geral da região e a realizar reuniões periódicas com todas as comunidades. A ideia era também de preparar um diagnóstico das necessidades para o desenvolvimento de cada uma delas, porém faltaram recursos para isso.

Também demos visibilidade às comunidades da região. Em abril de 2012, em função das articulações, consegui uma audiência com a Secretaria-Executiva da Presidência da República, da qual participaram representantes das cinco comunidades de Paracatu. Em junho, juntamente com a Federação Quilombola de Minas Gerais, consegui um ônibus para levar quilombolas da região para a Rio+20. De lá, surgiu a ideia de criarmos na internet a TV Quilombo, com vídeos e programas produzidos pela comunidade. Só estamos esperando financiamento. Também criamos o blog da comunidade: <www.comunidadequilombolasaodomingos.blogspot.com>.

Essa atuação mais pública gerou reações contrárias?

Sim. Depois da audiência pública, comecei a ser ameaçada, moral e fisicamente. Tentaram manchar a minha imagem e reputação. Em 2011, a comunidade amanheceu com o chão coberto de papéis me acusando de várias coisas, dizendo que eu não era confiável, me chamando de bandida. Diante disso, pedi ajuda e fui incluída no Programa de Proteção de Defensores de Direitos Humanos de Minas Gerais.

Em janeiro de 2012, sabotaram meu carro duas vezes, em dois dias seguidos, para provocar acidentes. Essas sabotagens foram inclusive comprovadas por mecânicos, em depoimento à polícia. A sorte é que das duas vezes, Nossa Senhora protegeu a mim e a minha família. E ninguém se feriu.

A sua atuação arrefeceu depois disso?

Eu não vou mentir: tive receio pela minha família, que é o meu tesouro. Minha filha chegou a me dizer: “Mãe, eu não queria morrer com 12 anos”. Isso parte o coração de uma mãe. Mas ainda assim eu tenho o apoio da minha família, eu nunca passei para elas que lutar por um ideal é ruim. A luta, quando é egótica, não tem alegria. Quando você busca os direitos coletivos, aí sim encontra sabor. Na verdade, você nem percebe o que está fazendo. Em minha atuação, nunca tive o objetivo de aparecer.

O que mais te marcou nas suas visitas a outras comunidades quilombolas do estado?

As comunidades quilombolas como um todo, especialmente as de Minas Gerais, são extremamente carentes. São Domingos é uma exceção porque tem visibilidade em decorrência de ser perto da mineradora. Em minha visita a algumas comunidades do estado, não pude acreditar que a situação ainda estivesse tão precária. Em uma comunidade quilombola, por exemplo, que é bem mais afastada do centro de Paracatu, encontrei a senhora mais velha da comunidade dormindo em cima de uma tábua apoiada em quatro tijolos. Choramos juntos, eu e meu marido, diante da situação. A população de lá me pediu ajuda, porque é incrível como, mesmo ainda dentro do perímetro da cidade, a comunidade ainda não tinha sido visitada por ONGs ou por órgãos governamentais. Então eu comecei a fazer o que tinha feito em São Domingos: consegui acesso aos direitos, como auxílio maternidade, aposentadoria, atendimento diferenciado em saúde entre outros.

Na sua visão, quais são as principais necessidades das comunidades quilombolas?

Um primeiro ponto é ter o conhecimento de seus direitos e o acesso a eles. É preciso que as comunidades saibam o que é garantido a elas por lei. Quando eu comecei a atuar, não conhecia todos esses direitos. Foi a partir das palestras e seminários, dos quais eu participei, que aprendi e levei este conhecimento para São Domingos e às outras comunidades da região. Mas faltam recursos para garantir que todos tenham acesso à informação e aos direitos. Nem todos têm oportunidade e meios para isso. Eu mesma já tive que ir a Brasília de carona em carretas, por falta de dinheiro. Mas tinha que ir, porque era importante para a comunidade.

Outro ponto importante diz respeito à efetivação das políticas públicas voltadas para os quilombolas. No papel, é tudo lindo. O problema é que a implementação dessas políticas é feita via projetos, por meio de convênios com empresas e organizações não-governamentais selecionadas por chamadas públicas. Na maioria das vezes, as instituições contempladas nessas chamadas vão atuar sem o menor conhecimento da realidade das comunidades. O trabalho é imposto sem valorização, sem resgate das tradições. E por isso mesmo não vinga. A comunidade não consegue se desenvolver dessa forma.

É preciso mudar esse quadro, porque a questão cultural de cada comunidade quilombola é muito diferenciada. Certamente, temos algo em comum: somos descendentes de negros que foram escravizados e vivemos às margens da sociedade até hoje, esperando migalhas. Percebemos que se inicia um novo processo de reparação, mas ainda é pouco. É triste constatar isso, mas as comunidades ainda vivem esperando migalhas, e uma delas é o reconhecimento, a titulação das terras, da mesma forma que nossos antepassados ficavam esperando os restos de pão que caíam da mesa dos senhores na época da escravidão. No fundo, as coisas ainda não mudaram muito. É preciso fazer com que as políticas públicas sejam realmente implementadas nas comunidades, e assim conseguirmos que nosso povo tenha mais dignidade.



**Gleydson Gleber Bento Alves
de Lima Pinheiro**

“Uma vida vale muito”

Aos 34 anos, o juiz Gleydson Gleber, da 3ª Vara Criminal de Caruaru, uma cidade de 350 mil habitantes do Agreste pernambucano, acumula uma reconhecida bagagem na defesa de direitos humanos. Foi o principal juiz da primeira grande operação contra o crime organizado de extermínio no país, em 2007. Mesmo sob riscos e ameaças, ajudou a desmantelar um esquema poderoso, que era responsável por um terço dos homicídios na cidade.

Inteligente e bem articulado, Gleydson se tornou juiz aos 24 anos, sempre atuando na área criminal. Afirma que sua atuação é a favor da vida e acredita que nos casos referentes a direitos humanos, o papel da Justiça é aplicar a lei, e não ir aquém – abrandando penas – ou além –, fazendo justiça. E aplica o princípio de que todos têm direito a um bom tratamento durante o julgamento. Além de atuar como juiz, dá aulas de Direito em uma faculdade de Caruaru, é diretor do Fórum da cidade e faz mestrado-sanduíche em Direito Constitucional, com aulas também em Portugal.

Como foi a sua atuação contra organizações criminosas?

Eu era juiz de Santa Cruz do Capibaribe, e em 2006 fui removido para Caruaru, uma cidade próxima no Agreste de Pernambuco. A cidade à época tinha em média 180 homicídios por ano. A Vara Criminal na qual fui atuar era nova, e a maior parte dos

processos da cidade eram encaminhados para ela, com o objetivo de acelerar os processos que já estavam nas outras varas. Então, em 2006 e em 2007, fui praticamente o único juiz criminal da cidade. Atuei em um procedimento investigatório sobre tráfico de drogas. Nele, foi descoberta uma grande organização criminoso na cidade, que era responsável tanto pelo tráfico quanto pelos homicídios.

A organização envolvia pessoas poderosas da cidade e policiais militares – não a instituição polícia, que sempre me deu apoio, mas sim algumas pessoas que trabalhavam nela. Foi preciso pedir reforços da Polícia Federal em Brasília. A operação resultou em várias condenações e no desmantelamento da organização, em abril de 2007. Na época, foi a primeira grande ação contra crime organizado de homicídios no país.

Um total de 31 pessoas foram presas. Os homicídios na cidade diminuíram em um terço, queda que permanece até hoje. Uma diminuição em um terço dos homicídios na cidade: de 180, nós passamos para 120 homicídios no ano de 2007, índice que conseguimos segurar até hoje. E neste ano, de abril a final de junho nós não tivemos homicídios na cidade, passaram-se três meses sem homicídio.

Sua atuação nesse caso foi além dos deveres de atuação de um juiz?

Não. Eu não fiz a investigação. Eu concedi as medidas cautelares na investigação, que é o que pode ou não produzir as provas: interceptação telefônica, quebra de sigilo bancário, quebra de sigilo fiscal, entre outras. Coisas que podem ser concedidas apenas por um juiz. Tanto é que conversei com os participantes da operação e disse que estava ali cumprindo meu papel constitucional e não iria arrefecer nesse papel, mas também não iria ficar aquém do que era para eu fazer para todas as partes envolvidas.

Eu trato a todos durante o processo da mesma forma. Eu dei acesso aos familiares para contato com os presos apesar dos receios de que isso pudesse gerar violência contra a gente, por exemplo.

As ameaças começaram quando?

Logo no início das audiências. Foi um trabalho de um ano sob ameaças. Mas contei com a Polícia Federal e também com o Tribunal, que designou mais oito juízes para atuar no processo, com o objetivo de não personificar o trabalho. Tive muito apoio, irrestrito, da Polícia Militar também.

Mas quem viola os direitos humanos personifica sim, e naquela pessoa que iniciou o processo. Também recebi ameaças posteriores, provavelmente porque a solução do processo desmantelou a organização. Porque muitas vezes essas ações se perdem do meio para o fim, e o grupo continua com a possibilidade de atuar. No caso de Caruaru isso não foi possível.

Como lidar com o medo?

O medo existiu e existe, mas existem sentimentos com os quais a pessoa vai se acostumando.

Mesmo com ameaças eu mantenho minha tranquilidade, tenho cuidados, me sinto muito protegido na cidade. Escolho onde vou morar, tenho todas as precauções e apoio necessários. Mas não posso andar livremente como uma pessoa normal. Disso eu sinto falta. Atualmente, estou fazendo mestrado fora do país, e é onde me sinto mais tranquilo, mais livre, posso pegar um metrô, passear pela rua, sem preocupação.

Hoje eu já consigo conviver com essas nuances da profissão e me sinto bem melhor do que em 2007. No começo, eu passei por momentos críticos de saúde, mas não faltei a uma audiência, porque era aquilo ali que tinha que ser feito.

Você recebeu suporte dos colegas quando decidiu enfrentar o processo mesmo sob ameaças?

Sim, de alguns. Outros achavam que eu não deveria ter me envolvido tanto, que eu estava indo além, que eu deveria ter saído quando recebi as primeiras ameaças. Mas eu tinha que ficar, porque o processo era meu, tinha que ser eu. Claro que permanecer num caso com essas características vai depender muito da personalidade do juiz. Há colegas que me disseram que, no meu lugar, largariam o caso para preservar a sua vida. E esse é um motivo sério e justo.

Mas, como se diz: a vida são princípios, são valores. Você pesa tudo e define o que quer. Naquele momento, vi que a minha atuação deveria se sobrepôr à minha questão pessoal.

Na sua opinião, qual o papel do juiz na garantia dos direitos humanos?

O papel do juiz sempre foi e sempre será defender os preceitos constitucionais e as leis. Não ir aquém do seu papel, não cumprimos, e nem ir além, fazendo justiça.

não podemos fazer justiça de ninguém nem arrefecer quando o caso nos chega. Então, quando chega um caso na nossa mão, temos que cumprir nossa missão.

Veja bem, somos pagos pelo Estado pra isso, para dirimir conflitos de interesse, para chegar à solução de uma causa. Então quando uma causa chega ao juiz, ela será solucionada. Se a pessoa for absolvida, ok. Se não, também vai ter uma sentença condenatória. Nós existimos para aplicar a justiça. No meu juramento, eu tenho que cumprir a constituição, leis e buscar a justiça. E até o final da minha carreira, eu irei fazer isso.

Em relação a direitos, por exemplo, eu acho que o réu merece um bom processo. Mesmo aquele que tem o pior currículo, o maior número de crimes, merece ser tratado naquele momento como ser humano. E se nós tivéssemos um sistema penitenciário com dignidade, ele sairia melhor do que entrou. A prisão, por si só, é um sofrimento.

Fazendo um panorama da situação de violação de direitos humanos no país, o que você identifica como principal problema: a ausência de leis que defendam esses direitos ou uma aplicação precária dessas leis?

Certamente algumas merecem reparos, porque tem uma pena branda para quem tira uma vida. Uma vida vale muito, e nós temos que mostrar para o criminoso que retirar uma vida terá consequências. E eu tenho muito apego à vida, por isso atuo dessa forma. Durante o processo eleitoral de 2012, por exemplo, tive que ir a uma cidade pequena do interior de Pernambuco conversar com os candidatos e pedir que eles diminuíssem a efervescência em sua militância, porque estavam ocorrendo crimes eleitorais, e eu avisei que a perda de uma vida iria macular todo o pleito.

Mas, para além de algumas leis que merecem reparos, existe uma questão de interpretação dada pelos tribunais sobre aquelas que já existem. A Constituição brasileira é uma constituição pós-ditadura. Vivemos um período muito intenso de repressão e supressão dos direitos humanos, então essa constituição dá muito valor aos direitos de liberdade e direitos individuais. Mas os direitos coletivos, sociais e de solidariedade também estão presentes, e precisamos dar valor a eles. É necessária uma nova interpretação: o que eu devo preservar, os direitos individuais de uma pessoa que mata ou várias vidas? É preciso fazer esse balanço.

Atualmente, nós temos que dar mais valor aos direitos de proteção já existentes. E uma democracia é de fato democracia quando nós temos liberdade com responsabilidade. A interpretação dos tribunais tem que ser a igualdade, a solidariedade. Eu tenho que ser solidário com o meu concidadão. Todos têm direitos e deveres.

É isso que está faltando. As leis precisam ser interpretadas de maneira a preservar a vida. É preciso usar a Constituição de acordo com o momento social. Ela é a mesma, os direitos estão todos lá. Nós já temos democracia o suficiente no país para não atribuir tanto valor ao direito individual quando ele colide com o direito da coletividade. Nessa colisão, é preciso preservar o todo e não apenas uma pessoa.

A gente falou um pouco sobre o papel da Justiça e da lei. Nesse cenário de extermínio e de violência frente aos direitos humanos, qual seria a sua sugestão para outros setores?

Poderiam ser elaboradas leis que ofereçam mais valor à vida. Além disso, é preciso também uma melhoria no sistema penitenciário, para que se possa efetivamente recuperar uma pessoa que foi condenada por violar os direitos humanos. Não temos prisão perpétua no Brasil, portanto essa pessoa irá voltar ao convívio com a sociedade, então, não podemos fazer das cadeias um depósito de seres humanos. É preciso oferecer o mínimo de condições básicas para o ser humano. Outro ponto fundamental na questão do combate a grupos de extermínio é o fortalecimento da polícia, com melhores condições e melhor remuneração, e da ação policial de prevenção.

Além disso, é necessária também a existência de políticas públicas. Numa sociedade, quanto menos desigualdade, menos crimes. As políticas sociais ajudam na prevenção da criminalidade de massa, e permitem que o combate à violência. Diferentemente das organizações criminosas, que são um comércio e não vão sair de cena somente com a melhoria das políticas públicas. Eu já ouvi de um integrante de grupo organizado: “doutor, esse é o meu trabalho. O seu é julgar, o meu é esse”.

Então, é preciso pensar também como aprimorar a atuação em relação ao crime organizado, porque temos grupos que já desafiam a própria justiça, a própria polícia, desestabilizam o poder. As instituições não podem ter medo, porque senão vamos ter um poder paralelo. A inversão de valores já está começando.

Uma das questões referentes à criminalidade e direitos humanos mais premente nos debates sobre o tema no país é a redução da maioria penal. Qual sua opinião a esse respeito?

No Brasil, há uma grande luta para não se reduzir a maioria penal. Esse é um direito, é uma garantia dos adolescentes. Mas, paralelamente a isso, é preciso ter políticas públicas e educação para evitar que esses adolescentes não cometam atos infracionais.

Então, é uma questão de opção. Ou o país oferece condições para a pessoa não adentrar o crime, e a maioria permanece aos 18 ou eventualmente ela terá que ser reduzida para 16, porque há uma indústria do crime que coopta os menores de idade para serem a bucha de canhão das organizações criminosas. Mas, mais uma vez, eu digo. É uma questão de princípios, de valores. Qual será o valor que o Brasil vai assumir?

Hoje, você teria feito algo diferente do que fez em 2007?

Eu já me fiz essa pergunta várias vezes. O saldo da operação foi muito negativo para mim. Então, teria pedido apoio mais cedo. Eu não tinha noção do tamanho da organização que iríamos enfrentar no início do processo. Mas não poderia fazer nada diferente do que eu fiz. Faria tudo igual.



João Luís Joventino do Nascimento
(João do Cumbe)

“Estamos vivendo uma recolonização”

A comunidade tradicional do Cumbe, a 12 km do município de Aracati, litoral leste do Ceará, é rica em recursos naturais e em patrimônio cultural. É cercada por dunas, lagoas interdunares, gamboas, rio Jaguaribe, praias, uma extensa área de manguezal e carnaubais. A população é formada basicamente por pescadores e pescadoras que vivem da cata de caranguejo e de mariscos do manguezal. Esse patrimônio vem sendo pressionado por grandes empreendimentos de carcinicultura – criação de camarão em cativeiro. É nessa comunidade que João Luís Joventino do Nascimento, ou João do Cumbe, como é mais conhecido, vem desenvolvendo sua luta para a preservação dos manguezais e da própria comunidade e suas tradições culturais desde 1996.

João usou a escola como ponto de partida para sua mobilização. Teceu redes, deu visibilidade aos problemas, colocou as necessidades de uma comunidade pobre e esquecida no mapa. Depois de mais de quinze anos de luta, agora aos 39 anos, decidiu ampliar sua atuação e fazer mestrado em Educação na Universidade Federal do Ceará. Ele garante que continuará disseminando a história e a luta do Cumbe em defesa dos manguezais e das dunas para alertar outras comunidades que venham a passar pelo mesmo problema.

Quais as características da comunidade do Cumbe?

O Cumbe é uma comunidade tradicional formada por pescadores e pescadoras, artesãos e artesãs, agricultores e agricultoras rurais no litoral leste do Ceará, no município de Aracati. Nossa principal atividade econômica se dá no ecossistema manguezal: a cata do caranguejo, praticada pelos homens, e a cata de marisco, realizada pelas mulheres, além da pesca artesanal de peixes no estuário do rio Jaguaribe. Fazemos uma cata livre, não temos criação nem de caranguejo ou de marisco. Falamos que o mangue é o pai e patrão de toda a comunidade, porque está sempre fornecendo alimento e recursos para que a gente mantenha uma relação harmoniosa e de respeito com o ecossistema, pois a partir dele é que retiramos nosso sustento.

Cumbe é uma palavra de origem africana que significa “quilombo”. Algumas pessoas não se reconhecem como quilombolas, como uma comunidade de ascendência negra, mas, conversando com os mais velhos, se percebe que as histórias que eles contam são histórias de negros. A região é detentora de um grande patrimônio natural, composto pelo rio Jaguaribe, gamboas, pelo manguezal e carnaubais, por um campo de dunas imensas com lagoas naturais e mais adiante a praia. Também temos um enorme patrimônio cultural material e imaterial, como a Santa Cruz do Cumbe que data do século XIX, as ruínas dos engenhos de cana-de-açúcar, os moinhos de ventos artesanais usados para irrigar o cultivo de cana-de-açúcar, a casa de taipa de Luiz Correia, o quarto templo católico do Cumbe – a Igreja de Nosso Senhor do Bonfim do Cumbe, as festas tradicionais, os costumes, os sítios arqueológicos que comprovam a ocupação na região entre 5 e 10 mil anos, registros históricos de que a região era bastante desenvolvida já no século XVII, além dos saberes tradicional e modos de fazer.

A comunidade está dentro de uma Área de Proteção Ambiental (APA), mas tudo que você pode imaginar de agressões ao meio ambiente acontece dentro dessa área. Sofremos pressões por todos os lados, como a destruição do manguezal que nos garante a sobrevivência e a privatização de nossas dunas para a construção de um parque de energia eólica, com consequências graves para a comunidade e os ecossistemas associados.

Como começou a sua história de luta a favor do meio ambiente e da população tradicional do Cumbe?

A luta começou em 1995, quando passei a ser professor da escola municipal do Cumbe. Em meu trabalho, tentei envolver a comunidade. A escola é o ponto de chegada e o ponto de partida das mobilizações. Tudo o que você vai fazer na comunidade acontece

lá, desde atendimento médico a palestras sobre meio ambiente. Então, sempre procurei levar questões ambientais para a escola. O engraçado é que no começo eu nem queria ser professor. Acabei fazendo o Magistério por falta de opção. Mas hoje vejo que foi fundamental estar na escola para atuar da forma como atuo.

Em 1996 a carcinicultura – criação de camarão em cativeiro – chegou à comunidade e com ela a instalação de várias fazendas de camarão por pessoas tanto da própria comunidade quanto de fora, até de outros estados do Brasil. Chegaram com o apoio dos bancos públicos e governos – municipal, estadual e federal. Com a falácia de desenvolvimento e progresso, prometeram à população estradas, emprego com carteira assinada, além de diversas políticas públicas que são de obrigatoriedade dos governos. O discurso era o de que a carcinicultura seria a salvação da comunidade, porque a pesca de caranguejos, peixes e mariscos era uma atividade muito atrasada. Na realidade, sem saber, boa parte da comunidade foi trabalhar para desmatar o mangue. As áreas de manguezal foram reduzidas. Além disso, o acesso ao manguezal estava privatizado. Era preciso dar uma volta inimaginável para chegar até as áreas de pesca.

Na escola, eu via os alunos conversando sobre a escassez de peixes e caranguejos, e alguns pescadores e pescadoras me procuraram contando as dificuldades. Então achei que deveria fazer alguma coisa. Conheci o Instituto Terramar, uma organização não-governamental que atua no litoral cearense, que me ajudou a dar visibilidade ao problema vivido no Cumbe. Pessoas de fora do estado começaram a ir ao local ver o que estava acontecendo, acionamos a Red Manglar, uma organização latino-americana de defesa dos manguezais, fizemos contato com o Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará. Passamos a receber estudantes, pesquisadores e pesquisadoras, a fazer aulas de campo, a participar de eventos para denunciar e provocar a discussão, o que faço até hoje.

Por volta do ano 2000, a mortandade de peixes e caranguejos começou a crescer. Os trabalhos prometidos eram poucos, e os pescadores deixavam suas famílias e iam para o Rio Grande do Norte buscar seu sustento. Começamos a denunciar a situação e descobrimos que estavam utilizando produtos químicos nas despescas de camarão, e após a despesca dos viveiros, esse produto químico era lançado diretamente nas gamboas matando peixes e caranguejos. Com essa mobilização e denúncias, o método teve que ser mudado, em 2003.

Mas as fazendas de carcinicultura foram fechadas?

Não em decorrência dos produtos químicos que causaram, e causam, a mortandade

de caranguejo e peixes. Surgiu uma doença no camarão, que fechou quase todas as fazendas. Por isso elas foram abandonadas. O manguezal ainda demorou quatro anos para voltar a seu estado original. Com a graça de Deus e pela luta em defesa dos manguezais hoje temos uma boa quantidade de caranguejo. O problema é que agora estão querendo reativar as fazendas abandonadas e instalar mais outras nas áreas de carnaubais e apicum, além das áreas em manguezais. O manguezal, segundo a legislação ambiental brasileira é uma Área de Preservação Permanente (APP), portanto não pode ser desmatado. Além disso, as fazendas que foram abandonadas em 2004, não foram recuperadas, e isso afeta o ecossistema.

É dessa época a descoberta de que as dunas do Cumbe abrigam diversos sítios arqueológicos?

Sim. A comunidade também é um sítio histórico, além de conter nas dunas diversos sítios arqueológicos de extrema importância, que passaram a ser estudados a partir de 2002. Desde criança, eu ia com a minha mãe lavar roupa nas lagoas interdunares, sempre passava por concentrações de materiais arqueológicos, sem saber o que eram. Na época, ela me dizia que aqueles materiais eram dos índios. Mas ninguém tinha certeza.

Em 2004, já atuando na comunidade, fui convidado a participar de um encontro nacional de educadores ambientais em áreas de manguezais, em São Francisco do Sul, Santa Catarina. Assisti a uma mesa-redonda sobre a história dos manguezais através dos sambaquis – um povo que ocupou todo o litoral brasileiro e que, quando morria um da tribo era enterrado, e junto com o corpo eram colocados todos os seus pertences, pois eles acreditavam na reencarnação. Percebi que era isso o que tínhamos no Cumbe. Em visita ao Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, comecei a contar um pouco da história do Cumbe e entre elas, a falar dos sítios arqueológicos. A partir desse momento começamos a formar uma expedição de reconhecimento da área onde se encontravam os sítios e comprovamos que eram de fato sítios arqueológicos históricos e pré-históricos. A situação ficou indefinida até 2008, quando recebemos a notícia de que estavam acontecendo estudos para a implantação de um parque de energia eólica no local.

O que aconteceu?

Naquela época, como a energia eólica era considerada uma energia limpa que estava recém chegando ao Brasil, foi exigido apenas um relatório simplificado e um estudo

arqueológico para implantação do parque eólico. Só que o relatório da primeira arqueóloga contratada pela empresa inviabilizava a construção do parque. Isso porque ela encontrou 53 sítios e inúmeros vestígios em outras áreas do campo de dunas. De acordo com esse documento, seriam necessários entre cinco e oito anos para a realização do salvamento de todo o material. A empresa construtora do parque procurou um arqueólogo que dissesse o contrário. Então houve um segundo relatório afirmando que esse salvamento poderia ser feito em quatro meses. Portanto, foi liberada a construção da usina eólica.

Foram retiradas 41 mil peças, e todo o material arqueológico foi levado para o Rio Grande do Norte. Mas em 2009, em protesto contra as eólicas, construímos uma pauta de reivindicação, na qual pedíamos que o material arqueológico voltasse para seu lugar de origem: a comunidade. Foi a partir de muita luta e mobilização que agora estamos conseguindo fazer isso acontecer, com a previsão de construção de um museu comunitário na comunidade.

Como foi essa luta contra o parque eólico?

A luta ocorreu principalmente porque não fomos ouvidos e respeitados, não fomos consultados com todos os dados em mãos. Ainda em 2008, quando as obras de construção começaram, houve uma audiência com a população para a apresentação do projeto, e nenhum impacto negativo foi discutido. Foi passada a impressão de que tudo ia ficar às mil maravilhas.

Mas os impactos vieram, e estão lá. A população se deparou com um intenso movimento de máquinas, caçambas, caminhões e equipamentos pesados transitando pela estrada estreita de terra da comunidade, com um movimento que ia de quatro da manhã às nove da noite. As casas mais próximas começaram a sofrer rachaduras, os canos de abastecimento de água quebrados, nossa tranquilidade foi roubada, a poeira começou a tomar conta da comunidade e estava causando problemas respiratórios. As estradas de acesso à praia do Cumbe, às dunas e às lagoas interdunares hoje encontram-se fechadas. Nesses locais, foram construídas estradas pelos empresários de energia eólica, que afirmavam que elas seriam de livre circulação. Hoje para ir à praia pescar ou tomar banho tem que pedir permissão. As dunas, que antes eram áreas públicas, agora passaram a ser privadas, tiraram nosso direito de ir e vir às áreas usadas pela comunidade para realização de suas atividades tradicionais.

Ainda existe a pressão ambiental. O Cumbe, que antes abastecia o município de Aracati com água, deixou de abastecer. Isso porque acredito que a construção das bases dos

aerogeradores nas dunas para a implantação dos cataventos chegava aos lençóis freáticos, que poderiam mais tarde eventualmente ser contaminados. Apenas a comunidade agora é abastecida com água das dunas. E se ela de fato um dia for contaminada? Além disso, a velocidade de avanço das dunas na direção da comunidade aumentou consideravelmente. Antes era um processo natural, hoje é a intervenção humana sobre o campo de dunas.

Como vocês lidaram com essa situação?

Em 2009, resolvemos paralisar os trabalhos do parque eólico, fizemos um grande protesto para mostrar que não estávamos brincando. Durante dezenove dias, a estrada foi interrompida, e as atividades de construção do parque tiveram que ser paradas. Nós paralisamos os trabalhos do parque eólico pela falta de respeito da empresa com a comunidade e as pessoas que moram ali, como se nós não existíssemos, não valêssemos nada. Fomos invisibilizados, e nossos direitos foram negados. O que aconteceu, e acontece, no Cumbe são diversas violações de direitos, casos de injustiça ambiental e racismo ambiental por parte dos empresários, órgãos ambientais e governos que não respeitam o modo de vida tradicional da comunidade, com a justificativa do interesse comum e da busca pelo desenvolvimento. Ninguém matou, ninguém roubou, ninguém cometeu crime, estávamos, e estamos, apenas reivindicando nossos direitos como cidadãos. Também fomos ao Ministério Público Estadual, conseguimos que fossem publicadas várias reportagens, a nossa luta foi visibilizada. Dessa ação construímos uma pauta de reivindicações em que empresa e governo assumissem as responsabilidades pelas injustiças praticadas contra a comunidade.

Entre o que queremos, encontra-se a construção de uma estrada asfaltada entre Aracati e o Cumbe, que eles inclusive já tinham prometido quando chegaram. Pedimos também que fizessem a recuperação das casas, das cercas, da igreja e das escolas, que estavam todas danificadas com o trânsito de máquinas, o retorno de todo o material arqueológico que foi retirado das dunas e a construção de um museu comunitário para exposição das peças. Além disso, reivindicamos o livre acesso pela estrada construída para o parque eólico, as dunas, lagoas interdunares, praia, sítios arqueológicos, cemitério e algumas áreas de mangue, como também os empregos prometidos quando o projeto foi apresentado.

E a situação melhorou?

Algumas dessas coisas foram cumpridas, outras estão pela metade. E estão fazendo uma grande propaganda em cima das coisas que foram conquistadas pela luta da comunidade. Fizeram uma grande festa quando concluíram os trabalhos da igreja católica que foi danificada pela construção do parque. No dia da entrega, fizeram a exigência de que eu não falasse na festa. Mas eu peguei o microfone e disse que aquela era uma conquista da luta da comunidade, e que a empresa não estava fazendo nenhum favor, e não estava fazendo mais do que sua obrigação pelos danos causados. A empresa contratou uma equipe para fazer a comunicação da empresa com a comunidade e fingir que ouvia o povo. Alegaram que realizaram festas, distribuindo bolo com refrigerante, deram aula de educação ambiental para a comunidade, como se fôssemos nós que estávamos destruindo as dunas, lagoas e sítios arqueológicos, além de terem oferecido vários cursos de coisas que a comunidade já sabe fazer. Deram a entender que as pessoas do Cumbe aprenderam a cozinhar, cortar cabelo, costurar, fazer unhas e outros serviços a partir desses cursos realizados pela empresa. Fazendo coisas só para iludir o povo, acalmando a população para não lutar pelos seus direitos.

Estamos vivendo uma recolonização. Os portugueses e holandeses ocuparam boa parte do nosso litoral, e os livros de história contam que eles traziam espelhos e presentinhos para trocar pelo pau-brasil. Pela minha atuação na zona costeira do Ceará, e observando a dinâmica desses empreendimentos, que têm capital nacional e estrangeiro, está acontecendo mais uma colonização. É claro que agora ela é praticada de forma mais moderna. Não oferecem mais presentinhos, mas sim posto de saúde, escola, emprego, estrada – que deveriam ser realizadas pelos governos por meio das políticas públicas. Esses grandes empreendimentos desprezam as populações e as atividades tradicionais, que já foram desprezadas em outros momentos da história. O capitalismo se apropriou de uma demanda defendida pelos movimentos sociais e ambientalistas – a energia eólica – e agora está efetivando isso a todo custo, visando apenas ao lucro. Do jeito que as coisas estão caminhando, só falta alguém chegar aqui no Cumbe e dizer: “saíam, porque eu sou dono de tudo isso aqui”.

De fato a energia eólica é apontada como alternativa para a construção de hidrelétricas pelos movimentos ambientais. Sob seu ponto de vista, como fica esse balanço?

Não estamos questionando a energia eólica em si, mas a forma como esses projetos se instalam na zona costeira do Ceará, nos territórios e comunidades tradicionais. Quando as empresas pagam para fazerem os estudos de impactos ambientais, nós somos

invisibilizados, como se não tivéssemos nenhuma relação com nosso território. Há alternativa para uma convivência pacífica com as populações tradicionais. Geógrafos da Universidade Federal do Ceará mostram, por exemplo, que é possível que os parques eólicos sejam construídos fora dos territórios pesqueiros e das comunidades tradicionais no que eles chamam de tabuleiros, mas para isso é necessário gastar mais dinheiro, e eles não querem. Preferem o topo das dunas que já ganham em altura e assim diminuem os gastos.

Nossas tradições e nosso modo de vida não são respeitados. Até no nosso cemitério, que fica na duna mais alta da região, pretendiam colocar aerogeradores. Estamos impossibilitados de usar os locais tradicionais de lazer da população, como a lagoa do Murici, que recebeu uma turbina eólica. Eu digo: “olha, é bem fácil de resolver. Quando vocês chegaram aqui, nós já estávamos aqui. E se vocês sabiam que este aerogerador ia criar todo este problema, arranca e coloca em outro canto; mas deixa a lagoa para que a gente possa realizar nossas atividades”. Existem soluções, só que não querem adotá-las.

Nessa luta pelo parque eólico, você recebeu ameaças?

Sim, recebi ameaças físicas, de morte, morais e psicológicas, que foram as que mais me abalaram. Antes fui retirado da função de professor da escola da comunidade onde trabalhei treze anos e me lotaram em uma comunidade a 80 km de distância. Todos os dias eu tinha que percorrer 160 km para trabalhar. Adquiri várias doenças dentre elas labirintite, não conseguia mais pegar ônibus para o trabalho. Fiquei de licença por seis meses, mas consegui voltar a atuar na defesa dos nossos direitos no Cumbe. Depois, por conta do meu estado de saúde voltei para a escola do Cumbe, mas em funções que não eram a minha original.

A escola era minha casa. Eu não gosto nem de tocar nesse assunto. Eu trabalhava de manhã e de tarde, fazia reuniões com a comunidade, e agora eu não tenho isso. A forma como eu fui tirado dali me fez desgostar do lugar. Eu me senti expulso da minha própria casa. Eu não cometi crime nenhum, apenas defendi o meu lugar e denunciei as coisas erradas.

Você ainda dá aulas?

Por enquanto estou tentando tirar uma licença para fazer mestrado. Eu tenho 39 anos e me esqueci da minha vida por causa da luta. Juntei o meu desejo de estudar com a vontade de ficar longe dos embates políticos costumeiros que acontecem na cidade

em ano eleitoral e consegui ingressar no mestrado na área da educação na Universidade Federal do Ceará, na linha de movimentos sociais, educação popular e escola. Meu projeto de pesquisa é sobre racismo ambiental. Além disso, estou muito cansado de tudo. Tinha a certeza de que estava fazendo a coisa certa, mas algumas pessoas achavam que eu estava fazendo errado, que eu queria o mal da comunidade. Eu não os culpo, são vítimas deste sistema.

Mas venho e vou continuar contribuindo em vários espaços para falar desses conflitos vivenciados pela comunidade do Cumbe, tanto em relação às eólicas quanto à carcinicultura. Participo de vários movimentos em defesa da zona costeira do Ceará, na defesa dos ecossistemas. Vou participar agora, por exemplo, das discussões do PAN Manguezal – Plano de Ação de Espécies Ameaçadas e de Importância Socioeconômica do Ecossistema Manguezal na Costa Brasileira, do Ministério do Meio Ambiente (ICMBio), que visa estabelecer ações necessárias para conservação, bem como assegurar garantias de manutenção do modo de vida dos povos e comunidades tradicionais do ecossistema manguezal.

Também temos o compromisso de alertar as outras comunidades para onde os parques eólicos e a carcinicultura se encaminham. A visibilidade dos conflitos vividos no Cumbe de fato ajudou e vem ajudando outras comunidades a lidarem com problemas semelhantes. Em Caravelas, Bahia, em torno do arquipélago de Abrolhos, por exemplo, estava para ser implantado o maior empreendimento de carcinicultura do Brasil. Eu, juntamente com um grupo de pessoas do Ceará, fui visitar as comunidades de Caravelas, intercambiar informações sobre os processos de instalação da carcinicultura e os conflitos enfrentados pela população. Em visita ao Ceará com representantes do povo de Caravelas, foi produzido um vídeo com a fala de algumas pessoas da comunidade alertando para os reais problemas da carcinicultura. No fim, o empreendimento não foi implementado. As pessoas de Caravelas falam que nós contribuimos para isso.

Portanto, com essa disseminação, é possível que as comunidades se informem e se preparem, porque nós do Cumbe não tivemos essa oportunidade. A partir da nossa atuação, outros grupos podem se empoderar para o enfrentamento, e isso me deixa feliz. Existe um lado triste na nossa luta, mas também há a parte boa de estar contribuindo para outras lutas.



Júlio César Ferraz de Souza

“Defensor de direitos também é ser humano”

Aos 47 anos, Júlio César Ferraz de Souza vem atuando na garantia do direito à moradia em Manaus há quase duas décadas, e ajudou milhares de pessoas a conquistarem sua casa e alcançarem condições mais dignas de vida. Ele acredita e aposta no poder de organização da população sem-teto como forma de resistência às pressões políticas para despejo e desocupação de terras. Atualmente, é integrante e dirigente nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto.

Júlio foi militante do Partido dos Trabalhadores na década de 1980 e funcionário do governo do Amazonas. Formado técnico em patologia, Júlio nunca mais conseguiu emprego depois do início da luta. Foi preso, sofreu torturas, foi ameaçado de morte. Com um problema cardíaco descoberto em 2012, tem o sonho de reencontrar o filho que não vê há três anos.

Como começou a sua atuação na defesa do direito à moradia?

Como começa a peregrinação da grande maioria dos sem-teto: a partir de um processo estrutural de desemprego. Eu era técnico em patologia da Secretaria de Saúde de Manaus, porém não era concursado. Em apenas um dia, seis mil profissionais da saúde sem concurso perderam o emprego. Então eu percebi que não teria para onde ir. Não tive mais como pagar aluguel, fui despejado.

Na época, era casado e tive que encontrar algum lugar para ficar. Fui morar em uma ocupação de terra chamada Riacho Doce, por volta de 1995, e dei meus primeiros passos na luta dos sem-teto. Lá, todo dia eu via agressões contra os moradores. A agressividade, inclusive, é o tratamento padrão contra os sem-teto.

E então resolveu atuar?

As pessoas estavam muito desorganizadas para resistir a essas tentativas. Eu já tinha uma experiência anterior em organizações, porque havia atuado no sindicato dos profissionais de saúde e tinha sido militante do Partido dos Trabalhadores. Vendo aquela desorganização e as agressões, levei o que eu tinha aprendido, os métodos que eu dominava, para o movimento popular.

Eles eram atacados com uma grande frequência e fugiam. Eu os ajudei a resistir aos ataques físicos e políticos. Com essa nova força de mobilização, o pessoal se organizou, ganhou a área e foi morar lá. A regularização da área foi garantida pela resistência de três mil pessoas, que não abriram mão dali, que se articularam com igreja, políticos, universidades etc., que foram às ruas marchando 18 km, que mostraram para o governo estadual que realmente não iriam se render.

Você fixou residência em Riacho Doce?

Não. Tinha gente em situação pior que a minha. Cheguei a ganhar um lote, mas apareceu uma mulher com muitas filhas e sem emprego, que precisava mais do que eu. Acabei dando o lote para ela. Minha agora ex-esposa tinha arrumado um lugar para morar e eu poderia arrumar um bico, um trabalho. Aquela mulher não tinha como sobreviver.

Foi aí que o movimento dos sem-teto de Manaus se formou?

Não. Ali ainda foi uma atuação isolada, o início da luta. A partir de então conseguimos deter ainda um despejo em Santa Luzia, que era uma grande garagem ocupada há anos pelos sem-teto. Vencemos essa batalha, e aí sim, com diversos grupos unidos, surgiu o Movimento dos Sem-Teto de Luta de Manaus.

Tem alguma conquista do movimento que o senhor considera particularmente exitosa?

Bom, depois de muitas lutas nós conseguimos a regularização de um terreno abandonado ocupado originalmente por quinhentas pessoas em uma área enorme de 1,6 milhão de hectares, que hoje se expandiu e se chama Nova Vitória.

Como isso aconteceu?

Após o surgimento do Movimento dos Sem-Teto de Luta de Manaus, no ano 2000, fui contratado pelo governo estadual para lidar com a questão dos sem-teto. A ideia era trabalhar com as ocupações, cadastrar os sem-teto para receber loteamentos populares, que nunca saíram da promessa. Na época, eu medieei um acordo para a realocação da população de Nova Vitória para outro espaço dentro da gigantesca área; éramos uma gota d'água dentro do grande espaço de terra que tinha lá. No meio do caminho, o acordo, foi sumariamente cancelado, resolveram tirar a população do local, por questões políticas e financeiras.

Por essa razão eu saí do governo. Não podia trair meu grupo nem a população de Nova Vitória. Foram pessoas abnegadas em ajuda ao próximo. O acampamento já estava com infraestrutura, tinha escolinha, tinha igrejas de diferentes religiões, ninguém discriminava. Eu levei enfermeira, assistente social. As pessoas que eram excluídas passaram a ser tratadas como gente. Eu não podia pular fora.

Nova Vitória foi regularizada em 2006. Fizeram festa e homenagem pra mim, inclusive. Tudo isso após muita resistência. As pessoas resistiram a tudo que foi lançado, inclusive a operações militares. Ela não foi destruída. Ficou em pé.

O senhor sofreu ameaças e agressões?

Se eu tivesse ficado no governo, minha vida estaria diferente. Eu escolhi isso. Foram incontáveis as entradas da polícia e ações violentas no local antes da regularização. Em nível pessoal, eu sofri tentativas de prisão sem mandado judicial e depois fiquei seis meses preso. Fui torturado porque queriam que eu fornecesse nome e endereço de outros líderes da resistência em Nova Vitória. Claro que eu não disse nada. Presos não fazem acordo.

Além disso, enquanto estava preso, apanhei durante uma hora e meia de quatro homens. Se não fosse o Índio, um companheiro de cela, gritar e liderar uma bagunça entre os presos, acho que eu estaria morto. Eu sangrei durante uma semana, nenhum médico foi chamado. Depois, o Índio foi morto na minha frente, eu nunca tinha visto tanta crueldade. Sofro as consequências disso até hoje, me sinto muito culpado por não ter conseguido salvá-lo.

Nova Vitória foi regularizada em 2006, e você continua sendo ameaçado. Tanto que ingressou no Programa Federal de Proteção dos Defensores de Direitos Humanos. Por quê? Qual a luta atual?

Agora estamos lutando contra um problema ainda maior, e bem grave em Manaus: a grilagem de terras públicas. Os grileiros tomaram conta de 30 milhões de hectares de terras pertencentes ao governo federal ou doada a particulares que não reclamaram. É uma terra que poderia estar sendo usada para acomodar parte dos 800 mil sem-teto de Manaus. Estamos lutando especialmente pela região de Águas Claras, ocupada por empresas. Juntamos documentação, fomos a Brasília solicitar perícia do Conselho Nacional de Justiça. Foi dada a sentença cancelando a ocupação das empresas e outros grileiros.

Começamos a ser ameaçados, alguns coordenadores companheiros de trabalho morreram, tive que ficar atento e passei a viver uma vida sem rotina, me escondendo, mesmo.

O senhor acredita que a luta foi enfraquecida com essa vida sem rotinas?

Não. O nosso movimento foi formado para suportar a ausência de uma liderança e substituí-la por outra. Foi uma formação sólida. Eu montei equipes. Eles aprenderam a se virar em situações adversas e fizeram ações sem a minha presença. O movimento não para de crescer. Eles já estão mobilizados e sensibilizados. Comigo ou sem mim, as reuniões e as mobilizações continuam.

Na realidade, seria mais inteligente para os oponentes me deixar ali. Eu sou a pessoa dentro do movimento que mais pode evitar ações radicais, tenho boas relações, procuro ir devagar, negociar. Eu não embarco no radicalismo barato nem em partidarismo. Movimento não é partido. Não somos manipulados, mas sim independentes.

São 800 mil sem-teto em Manaus. De maneira realista, que ações o senhor considera que podem ser feitas para melhorar essa situação?

Em primeiro lugar, tem que ser aberto espaço para a isenção e o diálogo do movimento dentro do governo. É preciso mudar a visão a respeito dos movimentos sociais. No estado, o movimento é visto como bandido, não como um grupo de pessoas que querem ajudar o próximo, garantir direitos.

Também é preciso definir cotas de habitação para os sem-teto, de preferência estabelecida em lei, porque o movimento, embora lutando, consegue resultados não tão animadores. Lá em Manaus, depois de muita pressão, conseguimos estabelecer que um pequeno percentual de habitações que estão sendo construídas para doação seja dirigida ao movimento. Foram 300 casas do programa de doação do governo estadual e do Programa Minha Casa, Minha Vida.

O Programa Minha Casa, Minha Vida do Amazonas é o maior do país, mas não vai atender ao déficit habitacional. Talvez a criação de um conselho para o programa, com a participação da sociedade, seja fundamental para o exercício de um controle social da iniciativa dentro dos estados. Dessa forma, o governo federal conseguiria atingir o problema de forma mais eficaz.

Além disso, o desemprego estrutural também poderia ser tratado de forma mais intensiva, porque no final das contas é ele quem gera a situação dos sem-teto. É preciso fazer concessões, especialmente para os menos favorecidos, que não têm emprego, renda, não têm nada.

Após sua entrada no movimento, além do cargo no governo estadual que o senhor mencionou, não teve mais emprego?

Não. Tirava meu sustento de bicos. Nunca mais consegui ser contratado como técnico em patologia. A gente fica marcado, e as pessoas não nos dão emprego.

Tem alguma coisa da qual o senhor se arrependa nessa luta?

Dizer que me arrependi de algo é falar que eu tenho culpa. E eu não tenho. Não fiz nada de mal contra ninguém, eu só quis ajudar as pessoas.

Quais são seus planos para o futuro?

Minha prioridade agora é meu filho. Tive um filho há oito anos com minha primeira mulher, que se mudou para o Amapá, e tem três anos que não o vejo. Recentemente, o vi em uma foto, dormindo largado em um banco de praça. Lá em Manaus, ele era vítima de maus-tratos da mãe, mas não tive forças ou condições para cuidar dele. Me arrependo muito disso. Eu estou doente, com problemas cardíacos e preciso encontrá-lo a tempo.

E por isso é importante que eu o encontre. Como eu posso falar sobre sociedade justa, humana, se eu deixo uma criança solta por aí? Que exemplo eu estou dando? Ninguém tem a visão de que atrás do defensor de direitos humanos existe um ser humano. Como a luta do movimento está andando sem mim, se for preciso abandoná-la para isso, eu abandono.



Leonora Brunetto

“Não dá pra abandonar um povo tão sofrido”

Há mais de três décadas, a gaúcha Leonora Brunetto, 67 anos de idade, atua em defesa de trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra. Integrante da Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), irmã Leonora vem organizando lideranças e empoderando jovens para lutar pelo direito à terra e por questões associadas à pequena produção agroecológica.

Atuou no Rio Grande do Sul, em Tocantins, no Rio Grande do Norte e no Maranhão. Atualmente, integra a CPT do Norte de Mato Grosso, e vem enfrentando com a voz suave e calma, mas com garra, coragem e fé o agronegócio e as grilagens de terra que dominam a região. Sua aposta é no poder da juventude para garantir que a agricultura familiar se fortaleça e permaneça no local.

Como a senhora chegou até o trabalho com os sem-terra? Por que começou a atuar com direitos humanos?

Eu comecei a atuar com trabalhadores rurais em 1978, ainda no Rio Grande do Sul, onde nasci. Fazia parte da Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria e, na época, os viticultores de Bento Gonçalves estavam muito desorganizados. Não tinham sindicato, não conseguiam vender direito suas uvas. Então eu iniciei um trabalho com os jovens agricultores de lá. Conseguimos que eles se organizassem,

formassem sindicato, avançassem bastante no que se refere ao trabalho com a terra. Foi um trabalho com frutos bastante positivos.

Fui convidada pela Congregação pra trabalhar na cidade de Presidenta Kennedy do Goiás, hoje no estado do Tocantins, em 1982. Lá, fui convidada também para integrar a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Com nosso trabalho, tentávamos fortalecer os grupos de trabalhadores rurais para permanecerem na sua terra. E também trabalhávamos com grupos jovens, para que se formasse uma continuidade na agricultura familiar. Era uma época violenta, em que se retiravam os posseiros à força na região.

Tivemos ameaças, mortes, perdemos companheiros de luta. Mas conseguimos que essas quase 130 famílias ficassem com a terra, atuando na agricultura familiar e atendendo às demandas do município. Desde então, não parei mais.

Em que outros estados a senhora trabalhou antes de ir atuar no Mato Grosso? Qual foi a situação enfrentada?

Em 1989 fui para o Rio Grande do Norte, atuar nas áreas rurais da cidade de João Câmara. Lá também formei os jovens e atuei com trabalhadores. Existiam áreas da União onde os pequenos agricultores já estavam instalados organizando os grupos de jovens para ocupar a área. Certamente isso gerou conflito, mas em relação aos outros lugares em que atuei foi o mais tranquilo, não havia tanta violência. Dava para cumprir melhor a minha missão. Conseguimos que 11 grupos de cerca de 50 famílias tivessem sua terra regularizada.

Em 1992, havia um espaço vago no Maranhão que ninguém queria ocupar, então eu fui. Lá, a situação foi bem mais violenta, era para eu estar morta. Conseguimos desapropriar na justiça terras da União que estavam ilegalmente ocupadas. E também fomos trabalhando os grupos de agricultores. Conseguimos um projeto com países europeus para a implantação de um projeto de agricultura familiar sustentável. Apesar de termos conquistado essas vitórias, a situação de violências e ameaças estava gritante. Fui para Brasília, passei um ano trabalhando com jovens sem-terra do entorno.

Em 2003, fui para o Mato Grosso. Lá, encontrei um grupo muito sofrido, ninguém tinha experiência, não havia um movimento organizado, o Movimento dos Sem-Terra não atua na região. A situação dos acampados era terrível. Então começamos um trabalho na região.

Como é esse trabalho que a senhora realiza com esses grupos?

Meu trabalho é descobrir lideranças, formar os jovens, organizar os grupos para lutarem pelas suas terras. Também há todo um apoio com a documentação das terras que esses grupos estão ocupando. Vamos ver se elas são legais, porque se você descobrir que são terras da União que foram griladas, como acontece no norte de Mato Grosso, existe o direito a lutar por elas. Depois, se vão conseguir ou não, é outra história.

Mas existe esse direito. A partir dessa descoberta é que os grupos vão à luta, com nosso apoio. Lutamos em diversas instâncias. Toda semana era grito pra um, pra outro... Também trabalhamos com os assentamentos já regularizados, para garantir a permanência na terra.

Com esse trabalho, nós conseguimos implantar alguns assentamentos. Os primeiros foram mais fáceis, porque a terra estava localizada em um parque nacional. Então os fazendeiros fizeram questão de assentar para legalizar. Se legalizassem os acampados, legalizaria também as outras terras. Mas depois os processos desaceleraram. Temos acampamentos que lutam por dez anos na Justiça. Está mais difícil regularizarem, porque o agronegócio está mais avançado, e eles estão em terras da União, mas eles têm força política e têm dinheiro. Nos não temos força nem recursos, só temos organização. Então fica mais difícil.

O processo na Justiça é muito moroso. Hoje temos uma série de acampamentos em terras da União que foram griladas e outros três em processo de aquisição de terras. Cada um com cerca de 250 famílias.

Qual é a situação desses acampamentos?

A situação é crítica. Não há nenhum direito básico de sobrevivência. Esse ano nós recebemos apenas uma cesta básica, um pouquinho mais reforçada, para o ano inteiro. Não temos saneamento. A água que eles tomam vêm de rios e açudes, as mesmas que os animais bebem. E já chegou a ser envenenada. Fizemos denúncia, mas ninguém tomou providência. É como se dissessem: "é acampado, deixa morrer mesmo".

Em relação à comida, existem rios perto, então é possível pescar, por enquanto. Dá pra ter o básico do básico. Mas, ao mesmo tempo, às vezes vejo crianças segurando na saia da mãe e dizendo: "mãe, não abóbora". Porque abóbora lá no Mato Grosso tem toda hora. Essa criaturinha quando tiver outros alimentos, acho que nunca mais irá comer abóbora.

Temos sorte com o desprendimento da cidade de Sinop, principalmente, que nos doa muita roupa. Levamos para o acampamento, e ainda sobra. Mas não damos de graça, vendemos a valor simbólico, cerca de um real, cinquenta centavos. Isso para a pessoa começar a valorizar o que adquire. Quando ganha de graça, o cuidado é muito menor.

E eles não podem plantar, não há espaço no acampamento. Em Novo Mundo, ainda conseguimos avançar um pouco, puxamos a cerca um pouquinho, ainda bem que não tiraram. Fomos afastando devagarzinho, cada dia um pouquinho. Então conseguimos uma área onde eles plantam ao menos para a sobrevivência, uma espécie de horta comunitária.

E em relação aos assentamentos já regularizados?

Temos espaços com sete mil famílias assentadas. Mas nem todas elas recebem os benefícios dos programas de governo para assentados, especialmente relacionados à habitação. Eu nem posso ver isso, porque é uma calamidade. Os trabalhadores foram lesados, receberam apenas parcialmente repasses para a construção da sua casa. Uns ganharam apenas telha e cimento, outros não ganharam tijolo, quer dizer, foram lesados.

Como ter um assentamento bom desse jeito?

Os assentamentos não foram feitos para dar certo, porque não é de interesse que eles funcionem. O Mato Grosso quer ter o máximo possível de agronegócio. O objetivo é que, com os assentamentos não funcionando, os assentados vendam as suas terras para os empresários da soja, do milho, para os grandes produtores. E usam esse argumento contra nosso trabalho. Eles falam pro juiz: "o que adianta a Irmã querer fazer assentamento, se amanhã eles vendem os lotes!" Claro que nessa situação, vão ter que vender.

E olha que nem sempre é assim. Se eu olhar para os assentamentos que foram feitos no meu tempo, eu tenho que ficar muito feliz porque a maioria das pessoas não vendeu suas terras.

Qual o trabalho que a senhora faz para garantir uma permanência maior nas terras?

Existem políticas públicas para a agricultura familiar, mas elas foram jogadas às traças. O trabalhador rural não tem um técnico acompanhando, nunca foi preparado para acessar essas políticas. No norte de Mato Grosso, estamos fazendo um trabalho para

segurar as famílias. Lutamos pelo território e, agora, conseguimos destinar técnicos para auxiliarem 1.500 trabalhadores rurais, com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Esses técnicos organizam os agricultores e auxiliam no encaminhamento para a comercialização. Porque o problema básico do nosso trabalhador é o sustento e a comercialização.

Então estamos tentando fazer esse trabalho encaminhando os agricultores para a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Também estamos capacitando os trabalhadores para ingressarem em experiência muito interessante usada no município de Carlinda, chamada “Cisco”, na qual agricultores familiares inserem em um sistema de internet os produtos que têm para vender uma vez por semana e os consumidores – pessoas físicas ou comércio – fazem o pedido pela internet e recebem os produtos em domicílio.

E o seu trabalho com o jovem? Por que atuar com esse segmento?

É mentira quando dizem que o jovem não quer terra. Em minha atuação, tenho visto que é exatamente o contrário. Em apenas um dos acampamentos, nós temos trinta jovens que querem terra e querem estudar a terra também. Eles dizem que não querem cidade. Alguns, até emprego têm, mas preferem voltar para o campo.

Além disso, o jovem é garantia da permanência da agricultura familiar na terra conquistada. Se uma família com cinco filhos tem um lote, quando estes crescerem, o espaço não será suficiente para todos. Alguns necessariamente terão que ir para a cidade estudar, mesmo sem querer, por falta de educação no campo, de escolas agrícolas. Se todos saírem, vão ficar só os pais, que irão envelhecer e eventualmente vender as terras.

Por isso trabalhamos com os jovens porque eles estão ali sem rumo, sem direção. E não é na vida na cidade que eles estão encontrando ou irão encontrar esse rumo. Então não tem como enxergar isso e não fazer nada. Ainda em 2012 vamos iniciar um trabalho de grande porte com jovens de dezessete municípios para oferecer uma formação sólida para que eles no futuro trabalhem com outros jovens do interior e lutem por escolas agrícolas, escolas do campo, e conquistem um pedaço de chão.

A senhora também trabalhou com a questão do trabalho escravo no Mato

Grosso. Como foi essa experiência?

A Comissão Pastoral da Terra atua com a questão do trabalho escravo desde sua fundação. Lá no Mato Grosso, em 2006, eu assumi diretamente o programa que lida com a questão. Existe uma central de denúncias, e fizemos, e continuamos fazendo buscas ativas por situações de trabalho escravo, especialmente no interior. Eram fazendas onde ninguém podia entrar, havia uma série de indicativos da prática. Fomos fazendo um trabalho de divulgação. Espalhamos telefones de denúncia, falávamos e explicávamos o problema, fizemos muitas assembleias. Denunciamos fazendeiros, frigoríficos, mercados, cooperativas, a partir das denúncias dos trabalhadores. Tivemos muito apoio do Ministério Público.

Depois, me tiraram da função porque era muita coisa para eu dar conta. Só que na CPT a gente acaba trabalhando sempre sem essa divisão fixa de funções, um vai ajudando o outro. Então ainda tenho contato com a questão. Existe a impressão de que se diminuiu o trabalho escravo, mas ele ainda existe bastante, de forma camuflada. Há relatos de trabalhadores e famílias ameaçados, vivendo em condições precárias de alimentação, de animais sendo melhor tratados do que os próprios trabalhadores. É desumano.

Temos bastante apoio também da ONG Brasil Repórter, que tem um projeto contra o trabalho escravo. Então, nós nos juntamos para reunir professores e dar cursos de conscientização sobre o problema, para que eles multipliquem com seus alunos. Um trabalho a longo prazo para tentar alterar a situação.

A senhora convive com violência, situações bastante complicadas de lidar no trabalho com os agricultores há mais de trinta anos. Como entra o medo? Ele existe?

Existem situações bastante difíceis, vemos muita coisa desumana, é desgastante. As irmãs da Congregação às vezes questionam porque de vez em quando eu estou em baixa. Mas não tem como ficar em alta diante de certas situações. Já escapei de várias tentativas de morte ao longo da vida.

Então, não é que não exista medo. Tem horas em que ele aparece sim. Mas ao mesmo tempo em que você tem medo, você tem uma força divina para dizer: “não pare, pode lutar, pode continuar”. Então eu consigo deixar ele de lado e ir para frente. Ao mesmo tempo, sempre reparei que no momento do medo, tomo mais cuidado. Paro, reflito, vejo se é hora de tomar outro caminho ou de parar. No começo, o medo era pavoroso, ficava com vontade largar. Agora, ele é um sinal para reflexão.

A senhora pensa em parar?

Não, mesmo que eu quisesse parar hoje eu não ia mais conseguir. Tem horas que eu penso que se eu largar, os acampados vão se virar. Mas não tem como largar um povo sofrido desse jeito. Seria fácil para mim, porque eu iria para a Congregação, um outro lado tranquilo. Mas como fica a minha consciência? Sabendo que eu tenho o que comer, a minha casa, o meu conforto digno, e os outros não tem? Não dá para parar. Deus não deixa mais.



Maria Joel Dias (Joelma)

“Construímos essa história porque eu não me acovardei”

A história de Maria Joel Dias, mais conhecida como Joelma, poderia ser apenas mais uma história de milhares de brasileiros que foram para o estado do Pará na década de 1980 em busca de melhores condições de vida e de terras para tirar o seu sustento e encontraram uma situação completamente diferente da esperada. Porém, a partir das ações de seu marido, o sindicalista José Dutra da Costa (Dezinho), morto no ano 2000, ela conseguiu garantir terra, esperança e sustento para parte desses brasileiros que foram parar em Rondon do Pará, município com cerca de 45 mil habitantes no sudeste do estado.

Aos 49 anos, Joelma efetivamente atua a favor dos trabalhadores rurais desde 2002, quando assumiu a presidência do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura do município, cargo antes ocupado pelo seu marido. De acordo com ela, sua luta é a continuidade do sonho de Dezinho. Por tudo o que ele lutava em vida, Joelma não deixou de colocar a cara no mundo denunciando grilagens, exploração madeireira e lutando por melhores condições de vida. Atualmente, é coordenadora regional da Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Pará.

Você e sua família são do Maranhão. Como foram parar em Rondon do Pará? Por quê?

Nós morávamos em Urbano Santo, uma pequena cidade do interior do Maranhão. Lá, nossa terra para agricultura era pequena, a família estava crescendo, e, na década de 1980, havia a promessa de que o Pará era uma terra de riquezas, de dinheiro, com bastante emprego. Meus pais já haviam se mudado para o estado e, em 1984, decidimos também nos mudar. O problema é que encontramos uma situação completamente diferente da cultura à qual estávamos habituados. O grande comentário sobre a riqueza da região era verdade: o Pará é muito rico. Mas as condições são totalmente diferentes.

No Maranhão, nós lidávamos com a terra, plantávamos, colhíamos. Trabalhávamos para nós mesmos, vendíamos e consumíamos. Em Rondon, o trabalho não era de plantio e colheita. O município oferecia duas frentes de trabalho: a madeira e a pecuária. Nós tivemos que explorar a mata para criar pastos para o gado e mexer com a questão de extração de madeira para os grandes fazendeiros.

Também tinha muito trabalho escravo, a pessoa trabalhava e não recebia, ou seja: o trabalho não era valorizado. Era de fato uma situação muito diferente da que vivíamos antes.

Como isso se refletiu na atuação de vocês?

O Dezinho era um trabalhador muito vivido, sabe? Ele tinha um olhar diferente, um olhar político para essa situação. Já entendia qual era a necessidade do povo para viver: eles precisavam de terra para trabalhar, ter seu alimento, se autossustentar. Em 1993, foi convidado para ser presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade. Na época, a bandeira da questão da terra não existia. O sindicato era apenas para garantir aposentadoria e alguns outros direitos. Tinha um viés mais assistencial.

Ele compreendeu que o Sindicato não apenas representava a assistência, que ele poderia ser um braço de atuação mais amplo no município e por isso deveria mudar para atuar na questão de terras. Portanto, buscou apoio de organizações como a Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Pará (Fetagri) e a Comissão Pastoral da Terra. Vale lembrar também que ele passou a dar mais espaço para as mulheres dentro do sindicato. Antes, elas não podiam participar, se filiar etc.

Quando ele começou a fazer essa luta, o olhar dos latifundiários para o Sindicato mudou. Como um trabalhador rural poderia provocar tanto rebuliço? Ele realmente estava fazendo uma revolução no município. E aí começou a violência.

Que tipo de revolução aconteceu?

Quando o Dezinho assumiu o sindicato, por exemplo, já havia ocupação nos arredores da cidade, trabalhadores que não tinham ninguém para representá-los. Ele buscou informações sobre a propriedade da terra em que eles estavam, que era pública, ajudou esses trabalhadores a se organizar, a lutar e a cobrar do governo federal e estadual pelo direito a essa terra. No fim das contas, o Dezinho conseguiu chamar a atenção do estado sobre as questões referentes à terra, fazer audiências com a participação dos trabalhadores, acionar representantes governamentais, mostrar a situação.

Foram oito anos de luta e outras quatro áreas ocupadas pelas quais ele lutou organizando os trabalhadores, liderando uma resistência. Ele era considerado um exemplo porque foi por meio dessa liderança que os trabalhadores permaneceram lutando, apesar de ameaças e mortes. Mesmo sob violência, essas famílias começaram a plantar, a produzir seu próprio sustento, e a gente começou a achar isso lindo, ficávamos emocionados. As pessoas ficavam felizes porque não precisavam mais comprar arroz, farinha; já tiravam da própria terra. Era impressionante ver a alegria daquele povo!

Dezinho também lutou para que essas áreas recebessem projetos de assentamento, para ver uma estrutura decente para as famílias que estavam acampadas. Mas ele foi morto antes desse sonho ser concretizado.

Nessa época, você também atuava diretamente na luta?

No começo, tinha muito medo. Eu só orava. Meus filhos eram pequenos, eu não entendia por que o Dezinho fazia aquilo, não valia tanta perseguição. Eu queria a atenção dele voltada para mim e para a nossa família. Pedia muito para ele sair, porque eram muitas as ameaças, ele iria morrer. Foi muito difícil para mim compreender que ele acreditava que tinha outras famílias para dar suporte. Só que com o tempo, ele foi me fazendo perceber que a luta valia a pena, que alguém tinha que lutar por um povo que não era assistido, um povo sem saúde, sem educação, sem emprego, muitas vezes até sem comida. Como eu tinha trabalhado na Pastoral da Criança e sabia que isso acontecia de fato, acabei comprando a luta também.

Até o ano 2000, quando ele morreu, eu apoiava a luta, mas não diretamente dentro do sindicato. Participava das reuniões, das assembleias. Mas também trabalhava, pegava roupa para vender. Eu trabalhava para manter a atuação do Dezinho no sindicato. Ganhava o pão para a gente comer, para ele poder garantir esse pão para outras pessoas também.

Você mencionou muita violência e ameaças contra seu marido. Como isso acontecia?

Era muito difícil. Foram mais de oito anos de uma vida permeada por violência. Ele passava muito tempo fora da cidade, longe da família, porque as ameaças eram constantes. E eu sempre sentindo muito medo de perdê-lo. Até que perdi.

Ele era uma pessoa que ajudava todo mundo, até em nível pessoal. Sempre que podia, oferecia uma palavra, um conselho, até mesmo ajuda material. Uma noite chegou um jovem na minha casa, pedindo auxílio para garantir a pensão do avô recém-falecido. Era uma pessoa diferente, se apresentou como um trabalhador, humilde. Nossa porta nunca era aberta, era sempre uma janela, porque já vivíamos naquela insegurança. Mas eu me compadeci do rapaz, deixei ele entrar em casa e ainda fiquei fazendo sala para ele.

Como meu marido não estava, mandei minha filha ir buscá-lo, e o jovem ficou esperando. Fiquei fazendo sala para ele. Quando Dezinho estava chegando, deixei o jovem na porta de casa e fui para o quarto. Ouvi os disparos, corri para fora e já vi os dois travando uma luta, o Dezinho já com três tiros no peito. Eles caíram em uma vala grande, enquanto eu gritava por socorro. Quando as pessoas chegaram, ele já estava morto.

Diante disso tudo, por que decidiu assumir a presidência do Sindicato?

Por duas razões: a primeira era para buscar a justiça em relação à morte de meu marido. E a outra foi porque o Dezinho tinha um sonho, e eu queria ajudar a realizá-lo. Sou apenas uma mediadora do sonho dele. Certamente não foi uma decisão fácil de ser tomada. Nunca tinha me passado pela cabeça atuar na frente do Sindicato. Ponderei bastante quando, em 2002, fui convidada pelos trabalhadores amigos do Dezinho.

Eu percebia toda a injustiça feita com o Dezinho e com os trabalhadores. Há tanta terra no Pará, mas também tanta necessidade. Eu via o descaso também. Precisa que os trabalhadores ocupem terras, façam o enfrentamento, se exponham, morram, para que só depois alguma atitude seja tomada? Isso não pode continuar dessa forma.

No início os meus filhos foram contra, com medo de que eu também fosse assassinada. Precisei convencê-los da importância da continuidade do sonho do pai. Ele não matava, não roubava, e sim só fazia uma defesa pra outras vidas continuarem.

Você foi bastante apoiada por organizações. Como isso teve influência na sua atuação?

Elas têm uma influência fundamental. Consegui dar visibilidade à causa dos trabalhadores e pedir justiça para a morte do meu marido. A busca por apoio foi o primeiro passo que dei quando assumi o sindicato. Estávamos em um momento crítico no qual, sozinha, eu não conseguiria dar conta de realizar o trabalho que o Dezinho foi impedido de continuar, que ficou pela metade. Ao longo de oito anos de ação, tive apoio de organizações como a Fetagri, a Pastoral da Terra, a Justiça Global, a Humano Direito, entre outras.

Por meio da Justiça Global, por exemplo, entramos com uma representação na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que firmou um acordo com o Brasil para que uma série de medidas fossem tomadas em relação ao crime contra o Dezinho, entre elas indenização pela morte dele. Também via Justiça Global participei de um seminário na Irlanda e consegui pedir apoio das Nações Unidas. Com isso, muitas portas se abriram para eu contar a minha história e pedir justiça. O pistoleiro foi julgado e condenado a 29 anos de prisão, a partir de uma batalha minha, mas conseguiu fugir da cadeia. O caso dos mandantes é mais complicado, foram marcados julgamentos, mas eles ainda não aconteceram. Continuo lutando por isso.

A Humano Direito, que é formada por vários artistas, também vem me ajudando bastante na visibilização da causa. Quem um dia imaginaria que quatro artistas globais fossem em Rondon do Pará apoiar trabalhadores rurais? Isso aconteceu em 2011. Todo ano celebramos o aniversário do Dezinho, e naquele tivemos dois dias de evento, do qual esses artistas participaram. Isso gera visibilidade para a questão perante a população. Por meio deles também consegui por duas vezes me sentar com o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva para denunciar a minha situação e a situação de outras lideranças ameaçadas de morte por conta da luta por terra e das denúncias contra grileiros e exploradores de madeira.

A Fetagri e a Pastoral da Terra, além de me apoiarem na visibilidade da questão, me ajudaram também a atuar na base, nas ações do sindicato.

O que considera os principais frutos de sua atuação para os trabalhadores rurais de Rondon, como presidente do sindicato?

Com o apoio que recebi, menos de um ano depois aqueles quatro acampamentos pelos quais Dezinho lutava tanto foram transformados em projetos de assentamento. Claro que, com a repercussão da morte do Dezinho, as coisas aceleraram um pouco. Levamos documentos à presidência, apresentamos dossiês, denunciemos grilagens. Precisou ele morrer para serem criados esses quatro assentamentos. Precisou uma outra pessoa ir dar a cara à tapa. Mais uma vez, então, criou-se uma revolução. Haviam dito que ali nunca teria projetos de assentamento. “O que é que nós vamos fazer agora?”, eles se perguntavam.

Consegui ainda a ocupação e a transformação em assentamento de outras cinco áreas. Identificávamos terras públicas e improdutivas, reuníamos e organizávamos os trabalhadores para os acampamentos. Apresentamos relatórios comprovando que as terras eram públicas e conseguimos projetos de assentamento para as terras ocupadas. Atualmente, temos nove assentamentos com cerca de 4 mil famílias. Também conseguimos crédito para esse pessoal por meio de convênios.

Além disso, levamos formação de técnico em agropecuária para dezesseis filhos desses agricultores, para que trabalhassem com a terra. Outros seis se formaram em pedagogia. E também temos uma advogada. Tudo por meio da ação do sindicato. A educação também era um sonho do Dezinho.

Eu também busquei fortalecer a atuação das mulheres na luta pelo direito à terra. Na maioria desses assentamentos a Associação, que é necessária, é tocada por mulheres. Elas também estão presentes na coordenação dos acampamentos, das áreas ocupadas. Não é só homem.

Como está agora a situação dos assentamentos de Rondon?

A criação dos assentamentos gerou toda uma nova economia para a cidade. Por conta da garantia de direitos em torno dos trabalhadores, mais recursos começaram a entrar no município. O dinheiro para a cesta básica, para a construção de casas nos lotes, que estava sendo gasto no comércio de Rondon. Isso gerou outra frente de trabalho para além da exploração madeireira e da pecuária. Ficou visível para o município essa mudança.

Mas, para os assentamentos, em si, a situação é mais complicada. Tem havido lentidão no que diz respeito ao investimento de recursos. Também precisamos de terra mecanizada para garantir a produção, porque para preservação ambiental não

podemos desmatar, então é necessário investimento. Precisamos ainda de mais investimentos em educação.

Ainda não há uma data de criação de assentamentos de nossas áreas ocupadas, mas continuamos brigando por elas, porque recentemente as coisas ficaram mais difíceis, o interesse pela reforma agrária quase zerou. O país não avançou na questão nos últimos anos.

Como você conseguiu atuar, tanto na luta por justiça pela morte do Dezinho quanto na luta pelos trabalhadores rurais e pela terra, sob ameaça?

As ameaças começaram em 2003, com a velocidade da propagação dos assentamentos e depois que passei a dar entrevistas sobre a morte do Dezinho, a pedir punição para os culpados. Não sei de onde tirei forças, era Deus quem me guiava. Eu sempre pedi entendimento, sempre pedi que Ele não me deixasse fracassar. Foi a força divina, foram os meus companheiros e as entidades que me apoiavam que me ajudaram a não desistir e a conseguir tanta coisa.

Um dos grandes sofrimentos por que passei aconteceu agora no final de 2011, quando um acusado de ser mandante da morte do Dezinho seria julgado em Rondon. Porque, além das ameaças explícitas, existe todo um poder dos latifundiários em colocar a sociedade contra você. E foi isso o que aconteceu. Naquela época, eu já tinha espalhado a nossa história pelo Brasil e pelo mundo. Já tinha uma grande visibilidade, já havia ganhado prêmios de direitos humanos, já tinha exposto a minha situação para as Nações Unidas, já tinha aparecido no programa Fantástico, da Rede Globo. E mesmo assim não consegui ficar em paz.

Agora que estou atuando como coordenadora regional da Fetragi do Pará, a ação se torna ainda mais difícil, porque passei a atuar com outros municípios também, a mobilizar, a orientar, a dizer o que é possível fazer para melhorar a situação deles. E isso implica também um número maior de latifundiários contra mim. E eles têm mais dinheiro e mais poder.

Você pensa em parar de lutar?

Olha, eu já cheguei a pensar nisso, sim. Passei por muita luta, muita batalha, muita perseguição. Construímos essa história porque eu não me acovardei. Mas não quero morrer da forma como o Dezinho morreu. Tenho quatro netos e tenho fé que vou vê-los adultos.

Mas mesmo assim, acho ainda que não é hora de parar. É preciso continuar a luta. Eu acho que é preciso mostrar para o Brasil que todo mundo tem direito a lutar pelos seus ideais, por seus sonhos. Tenho certeza de que nós somos brasileiros, cidadãos com direito à vida. Eu não luto por algo ruim e sim pela vida: a minha, a da minha família e das famílias de trabalhadores rurais que buscam condições dignas de sobrevivência. É o que eu mais quero.



Rosivaldo Ferreira Dias
(Cacique Babau)

“O lugar sagrado tem que ser preservado”

Com um riso fácil e um excelente domínio da palavra, o Tupinambá Rosivaldo Ferreira Dias, o Cacique Babau, tem na ponta da língua a história de sua aldeia de Serra do Padeiro, no município de Buerarema, nos arredores de Ilhéus, na Bahia. Aos 38 anos e pai de dois filhos, ele lidera desde o ano 2000 a organização de sua tribo para lutar pela garantia de seus direitos. Seu poder de articulação, de organização e seu espírito empreendedor conseguiram reunir cerca de 900 pessoas de 180 famílias em torno de um modo de produção de agricultura familiar comunitário e sustentável.

Coordenou 21 retomadas de terras que já foram reconhecidas como pertencentes ao seu povo. Suas três cicatrizes de tiros recebidos mostram que nem sempre essa luta é feita de forma pacífica. Ele sofre perseguições políticas, processos de criminalização e, em 2010, foi preso. Em virtude disso, foi inserido no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, com o propósito de assegurar a continuidade da sua batalha pelo direito a terra e preservação da cultura Tupinambá. Entretanto, nada disso parece diminuir a vontade de liderar uma luta que vai além de questões de posse de terra, mas passa também por tradições, questões religiosas e preservação do meio ambiente: de acordo com os Tupinambá da Serra, a Serra do Padeiro é considerada um lugar sagrado e deve ser devolvida em sua totalidade e integridade aos seus habitantes originais.

Qual a história dos Tupinambá com a área que hoje é a aldeia da Serra do Padeiro?

Toda aquela região ao redor de Ilhéus, não só a Serra do Padeiro, é marcada por muitos embates e batalhas pelas terras Tupinambás desde o descobrimento do Brasil. Isso é repassado pra gente pelos mais velhos ano após ano. Existe um histórico de várias lutas, de criação de aldeamentos jesuíticos (foram dez naquela região), de massacres, de torturas, de doenças espalhadas pela presença de não-índios, de não cumprimento de acordos. Os mais velhos contavam essas histórias para a gente, a gente contava para os não-índios, e eles não acreditavam, falavam que estávamos mentindo. Foi preciso vasculhar e buscar documentos antigos para provar que éramos indígenas e tínhamos direito sim à terra em que estávamos vivendo e na qual nossos ancestrais tinham vivido.

Todas essas batalhas eram instruídas pelos Encantados que, por meio de rituais orientavam o nosso povo a guerrear ou a recuar, dependendo da situação. A Serra do Padeiro sempre foi considerada um lugar sagrado, de morada dos Encantados. Na década de 1950, quando meu avô era Pajé, o governo tentou expulsar nosso povo de lá e, como não conseguiu, propôs um acordo. Como estávamos em pequeno número, por conta de uma epidemia de malária que dizimou 66 mil pessoas, os Encantados mandaram nosso povo aceitar e esperar, porque precisávamos nos fortalecer e era preciso segurar pelo menos um pouco da terra.

Por esse acordo, a nossa terra foi distribuída tanto para os indígenas que já estavam lá quanto pra fazendeiros. Foram dados 10 hectares para uma família, 5 hectares para outra, e assim sucessivamente. Mas não só para os indígenas, como também para não-índios. Fazendeiros ficaram com pedaços maiores de terra. Atualmente, são 600 famílias com terra própria espalhadas em nosso território. Então, a situação das nossas terras em Serra do Padeiro se configura dessa forma: uma aldeia com suas tabas (cada pedaço de terra distribuído para as famílias indígenas representa uma taba), com fazendas particulares no meio. Queremos apenas tirar os invasores que o governo colocou lá no passado para nos expulsar do nosso território, que é sagrado.

Quem são os Encantados?

Na nossa religião, nós temos Tupã, que é o deus supremo, mas pra ele fazer contato conosco existem os Encantados, que atuam como mensageiros diretos. São nossos anjos protetores, são nossos encantados. Agora, no início da década de 2000, eles declararam que era hora de os Tupinambá da mata reivindicarem seu território. E também de garantir a proteção da natureza, porque somos um povo protetor.

Quando fui escolhido para liderar o meu povo, perguntei para os Encantados para quem seria a terra pela qual eu ia guerrear. E eles responderam que essa não era uma terra para os vivos, e sim para ser a morada deles e para dar descanso a inúmeros índios que foram mortos e deixados pra trás nesse Brasil afora. Então, eu aceitei. Porque ao liderar para vivo, a gente é traído toda hora. Não dá, a gente não sabe a hora que alguém vai se corromper. Liderar para os Encantados segue a linha da tradição Tupinambá: nós somos 80% espírito, só 20% matéria. E o lugar sagrado tem que ser preservado. Ele é necessário para a nossa sobrevivência.

Por que você foi escolhido cacique de Serra do Padeiro?

Primeiro é preciso deixar claro que a figura do morubixaba (o Cacique) não tem tanta importância dentro da aldeia. A figura líder é o Pajé. Mas ele não pode realizar rituais e liderar para o embate ao mesmo tempo. Assim, o Cacique tem a responsabilidade de organizar o povo. Historicamente, nossa organização social não possui um Cacique. Mas com o passar do tempo, com a presença da Funai, com a necessidade de discutir os direitos indígenas fora da aldeia, acabamos cedendo. Originalmente foi nomeada uma pessoa pela própria comunidade, mas não deu certo. Então, assumi em 2004.

Você já era uma figura de liderança na comunidade? Como aconteceu o processo de se tornar líder?

Olha, a gente não chegou até aqui de uma hora pra outra. Desde pequeno fui escolhido para acompanhar os mais velhos, então me tornei a pessoa que dominava a história da aldeia. Quando eu tinha oito anos, a gente era proibido de estudar em escola de branco. Três dias antes do meu avô, que era o Pajé, falecer, um Encantado mandou que ele reunisse a família e disse que daquele dia em diante eu e outros dois irmãos iríamos estudar em escola de branco, aprender o que eles faziam sem esquecer a nossa origem. Essa era uma missão que a gente tinha que cumprir para que no futuro se garantisse a terra. Então, fomos estudar.

Quanto mais velho eu ficava, mais difícil ficava acompanhar os estudos. Eu morava na aldeia, saía cedo para trabalhar – muitas vezes ainda de madrugada para carregar e descarregar caminhões com os nossos produtos agrícolas – voltava fim da tarde pra casa e ainda tinha que ir à cidade estudar. Então, resolvi estudar em Cabrália, mais ao sul da Bahia. Como temos essa ligação forte com a terra, quinzenalmente voltava para a Serra do Padeiro. De Cabrália, voltei com documentos, comprovações, verifiquei as informações que eram passadas pelos antigos. Voltei definitivamente em

2001, para clarear as cabeças dos parentes a respeito dos nossos direitos. Primeiramente, nos sentamos para organizar e saber quem eram os não-índios que viviam em nossas terras.

Quem eram esses não-índios?

Identificamos fazendeiros – a maioria com terras improdutivas e que sequer visitavam a localidade –, famílias posseiras, sem registro, sem terra e ainda os pequenos agricultores como a gente, com pedaços de terra escriturados no passado. Nos reunimos com esses dois últimos e estimorei que eles se organizassem, para que quando os Tupinambá fossem reivindicar a terra, eles não saíssem desamparados.

Depois dessa identificação, o que fizeram?

Também começamos a fazer visitas às outras aldeias e encontramos muita descrença, muita desmobilização. Os índios estavam completamente dependentes de governo, e isso os Tupinambá da Serra nunca foram. Parece que tinham perdido a essência do que é ser índio. Por isso, paralelamente às atividades de retomada, criamos o Seminário dos Jovens, da Cultura e da Terra, porque não bastava apenas a gente crescer, queríamos que as outras etnias também entendessem seu papel e apreendessem o que estava acontecendo. Vale ressaltar, que tivemos a ajuda do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), porque nunca tínhamos feito nada parecido, mas queríamos mostrar para os nossos parentes (outros índios) como estávamos agindo na Serra do Padeiro. E isso acabou mobilizando outras aldeias a iniciarem seus processos de luta por direitos.

Quando vocês começaram as retomadas de terra?

As pessoas não entendem que os Tupinambá da Serra não fazem ocupações só por fazer. Em 2004 fizemos duas retomadas, mas de terras cujos donos estavam ofendendo o nosso território, ou seja, estavam tirando madeira e caçando indiscriminadamente animais silvestres. Ocupamos a área para evitar esses ataques. Eram terras improdutivas, abandonadas. Na verdade, quase todas as nossas 21 ocupações foram nesse tipo de situação.

Naquele momento, tinham que ter sentado com a gente para tentar entender nossa cultura. Começaram a achar que eram simples ocupações, quando na verdade a gente estava protegendo o ecossistema inteiro. Não estamos preocupados apenas com nossa vida. Os Encantados nos deixaram como guardiões do lugar, então, se tem alguma coisa

errada com o ecossistema, a gente adocece. A gente tem que resolver o problema da natureza. Não é coisa simples.

Por isso, quando a gente começou a retomar os territórios, nosso povo passou a se fortalecer de uma tal forma que eu tive que segurá-los para fazer retomada apenas de terras que estavam mais abandonadas. Nelas, nós fomos plantando, produzindo. Botamos gente pra proteger a mata, espantar os caçadores. Fazíamos, por exemplo, remédio para que os cachorros deles perdessem o faro. Eles se perdiam, acabavam desorientados na aldeia e nós falávamos para os caçadores não voltarem mais. E eles não voltavam.

Atualmente, do que a aldeia vive? Como é o sistema de produção de vocês?

Nós somos um povo essencialmente agricultor e fazemos desde sempre um tipo de produção comunitária, que já foi considerada comunista no passado e usada para criminalizar os Tupinambá. Consideramos a aldeia uma coisa única. A cada dia o grupo de índios se reúne e vai trabalhar em determinada plantação, independentemente da propriedade do terreno. Plantamos cacau, abacaxi, mandioca, banana da terra. Depois da colheita, a Associação Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro vende os produtos e fica com 30% do recurso para reinvestir na compra de materiais e em outras necessidades da aldeia. Os outros 70% são distribuídos igualmente para todos que trabalham.

Como as famílias são grandes, os recursos ainda não são suficientes. Claro que comparando com inúmeras aldeias que eu vejo, temos uma vida excelente. Mas ainda estamos aprendendo a comercializar nossa produção, precisamos fazer cursos. Antigamente a gente era muito roubado porque não tinha tino comercial. Fizemos cursos. Começamos a formar o índio, a lidar com essa questão. Formamos uma associação bem organizada. Nós somos basicamente isso: uma organização muito forte. Foi por isso que o processo de criminalização começou.

Por causa do poder de organização de vocês?

Sim. Os ataques começaram quando perceberam o nosso poder de organização, mais especificamente a partir de 2008, quando estávamos já bem consolidados. Afinal, como esses índios podem virar empreendedores? A associação foi processada como associação de bandidos que precisa ser lacrada. Temos mais de 30 processos. Minha irmã foi presa em 2010 com uma criança de dois meses no braço porque era presidente da associação e conseguiu entregar ao então presidente Lula um documento mostrando as ameaças que a aldeia estava sofrendo. Começaram a me chamar de Lampião do Sul da Bahia.

Eles queriam destruir essa organização social que nós temos para que nos tornássemos iguais aos outros índios, dependentes de cestas básica, dependentes do governo. E isso nós nunca fomos. Somos um povo muito orgulhoso.

A sua prisão teve impacto na organização?

Não só a minha prisão, mas todo o processo de criminalização e de ataques da polícia enquanto eu e minha irmã estávamos presos. Nós temos um planejamento a cada cinco anos. Em 2010, se tivéssemos feito tudo como previsto, cada família iria receber por mês R\$ 1,2 mil. Dá pra ter uma vida legal. Os ataques contínuos naquele ano reduziram nossos recursos para cerca de R\$ 160 mensais. Perdemos plantações e fomos proibidos de comercializar. Nós, que nunca tínhamos pedido nada, nos vimos em uma situação muito ruim. Durante esse período em que estávamos presos, tivemos contato com o pessoal do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, ingressamos no programa, o que foi um apoio pra nossa luta. Eles ajudaram no contato com as instituições e a partir daí o Estado passou a ter um pouco mais de conhecimento da nossa causa, da nossa luta pelos direitos dos indígenas. Apenas agora em 2012 começamos a nos recuperar.

Por outro lado, esses ataques também nos fizeram perceber como os Tupinambá da Serra são queridos. São guerreiros, mas são queridos. Houve mobilização de organizações, universidades, parlamentares e outros contra o que estava acontecendo. Não tem nada nesse mundo que pague o acolhimento que os brasileiros de verdade dos deram e nos dão.

Quais os planos para o futuro?

Nós, Tupinambás, não paramos. A gente só pensa naquilo que o povo indígena merece. Agora queremos construir uma universidade indígena em uma terra recém-retomada, sem conflitos e brigas. Diga-se de passagem, que já tem uma infraestrutura para isso. O índio nunca vai ser respeitado e ter uma educação de fato diferenciada se não for em uma universidade voltada pra ele. O curso modular, essas coisas que o governo está enviando, não serve para a gente. Hoje existem 26 advogados índios no Brasil, mais de 20 sociólogos, nutricionistas... Temos índios formados em diversas profissões. Não ter uma universidade para a gente editar nossos livros, fazer nossa educação ao nosso modo, é uma tragédia. Então compramos essa briga.

Outros planos de melhoria das nossas condições já estão acontecendo, sendo colocados em prática. A estrada está sendo construída, estamos construindo uma ponte

na aldeia ligando os dois lados do rio. Pretendemos construir uma casa de doce, comprar uma despoldadeira de frutas – o cacau está barato e conseguimos vender a fruta beneficiada, preços mais altos. Estamos pensando em criar a marca da farinha Tupinambá, que é reconhecida como a melhor da região. Também temos em nossas terras represamentos nos quais podem ser criados peixes. Tem uma série de coisas que podemos empreender. Só precisamos de apoio.



Saverio Paolillo (Padre Xavier)

“Nosso trabalho é incompreendido”

Natural da Itália, o Padre Saverio Paolillo, mais conhecido no Brasil como Padre Xavier, vem atuando em favor dos direitos da criança e do adolescente brasileiros desde 1985. São incontáveis os projetos criados pelo religioso de 50 anos ao longo de sua trajetória, tanto em São Paulo como no Espírito Santo. Abrigos, casas-lares, centro de defesa, programas de liberdade assistida, projetos profissionalizantes e assistência às famílias de meninos e meninas abrigados ou em conflito com a lei estão entre as suas realizações.

Como integrante e coordenador da Pastoral do Menor, denunciou inúmeras situações de violação de direitos humanos nas unidades de internação de adolescentes. Conseguiu dar visibilidade internacional ao problema ao levar a situação para a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Também participou como mediador de incontáveis conflitos e rebeliões.

Padre Xavier integra o Conselho Estadual de Direitos Humanos e o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Espírito Santo. Ele acredita que há uma visão equivocada a respeito do trabalho que realiza e sofre cotidianamente pressões por defender os direitos de uma parcela da população que, em sua opinião, precisa, acima de tudo, de políticas públicas que efetivem os direitos humanos.

Como começou a atuar com direitos de crianças e adolescentes no Brasil?

Sou membro da Congregação dos Missionários Combonianos. Eu era seminarista e ainda faltava completar os estudos de teologia. Eu já vinha lendo um pouco da literatura teológica latino-americana e da caminhada das Comunidades Eclesiais de Base, então pedi para terminar os meus estudos no país. Cheguei a São Paulo em novembro de 1985. A nossa casa de formação estava localizada na periferia da cidade, no Parque Santa Madalena, na Zona Leste de São Paulo. A ideia era oferecer uma formação para o sacerdócio inserida no meio popular. Por causa dessa localização, tive a oportunidade de partilhar a vida dos moradores da favela. Como só havia trabalho com crianças no local, decidimos nos aproximar dos adolescentes e dos jovens da região, mais vulneráveis à sedução do tráfico e da criminalidade.

Fizemos a experiência de sair para as ruas e catar papelão junto com os adolescentes, para conhecer melhor a realidade deles e superar a desconfiança que tinham em relação ao nosso trabalho. Foi uma experiência muito interessante porque nos permitiu entrar no mundo desses meninos e meninas. Sentimos na própria pele o sofrimento por que eles passavam, sobretudo a discriminação por causa da situação que vivenciavam. A partir de então, começamos a desenvolver um verdadeiro trabalho de rua e a construir respostas aos vários desafios encontrados.

Nesse contato com a rua, nos deparamos com o problema da prostituição infanto-juvenil. Criamos uma casa de passagem para adolescentes do sexo feminino. Também desenvolvemos cursos profissionalizantes, oficinas culturais e atividades esportivas para enfrentar a violência e criminalidade, o consumo e tráfico de drogas. Para garantir assistência religiosa aos adolescentes e jovens privados de liberdade, passamos a realizar visitas semanais nas unidades da Febem e nas carceragens das delegacias. Priorizamos duas frentes de ação: a situação de rua e os adolescentes em conflito com a lei.

Naquela época não havia ainda o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) nem uma série de tentativas que existem atualmente para amenizar a situação das unidades socioeducativas. Qual foi a situação que o senhor encontrou nessas unidades da Febem?

A situação era complexa. As unidades viviam superlotadas. Os adolescentes andavam sempre cabisbaixos, com as mãos para trás. Tinham acesso a poucas atividades e ficavam a maior parte do tempo na ociosidade. Relatavam maus-tratos, arbitrariedades e abusos que supostamente eram cometidos dentro das unidades seja por parte de alguns funcionários seja por parte de outros adolescentes. As unidades eram palco de

rebeliões com rastros de destruição e atrocidades cometidas contra os reféns. As próprias condições de trabalho dos funcionários eram desumanas.

Depois da promulgação da nova Constituição Federal, ficamos totalmente envolvidos no processo de discussão e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Em 1991 nasceu o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedeca), um tipo de organização que, articulada com as outras instituições que integram o Sistema de Garantia de Direitos da infância e da adolescência, tinha como missão a efetivação dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes. Com o Cedeca, passamos a oferecer também atendimento jurídico, psicológico e assistência social. O grande sonho do Cedeca era tirar o Estatuto do papel e torná-lo realidade. Queríamos oferecer ferramentas para que as crianças e os adolescentes pudessem exigir os direitos garantidos na nova legislação.

Mas a nossa prioridade continuou sendo o trabalho com os adolescentes em conflito com a lei. Criamos um programa para a execução da medida socioeducativa de Liberdade Assistida Comunitária (LAC). Criada pela Pastoral do Menor em 1987, bem antes da promulgação do ECA, a LAC é a medida socioeducativa que mais apresenta resultados favoráveis, pois proporciona uma ação socioeducativa que envolve em maneira efetiva a comunidade e a família no atendimento ao seu adolescente que está em conflito com a Lei.

Naquela época, sofri muita pressão. Fui ameaçado algumas vezes. Era acusado de ser “um defensor de bandidos”. Existia um jogo muito forte e uma tentativa de desqualificar nosso trabalho. Na realidade nunca compactuamos com a violência e a criminalidade. Sempre fomos defensores da legalidade e da cultura da paz. Nós queríamos fazer exatamente o contrário. Queríamos tirar os adolescentes da mão da criminalidade com políticas públicas que efetivassem o acesso a todos os direitos humanos.

Em 1999 fui transferido para o Espírito Santo. Em São Paulo tudo é grande. Eu lidava com um número muito grande de adolescentes cumprindo a medida de internação – tinha unidade com cerca de 1.200 meninos – e um grande número de presos adultos. Então eu achava que poderia ter uma vida mais tranquila em um estado menor.

Foi isso que encontrou?

Não. Quando eu cheguei ao Espírito Santo, na cidade de Serra, região metropolitana da capital Vitória, continuei o trabalho com os adolescentes envolvidos com a prática infracional, visitando as unidades de internação. A primeira unidade que visitei era realmente pequena, abrigava apenas 120 adolescentes. Mas o espaço era horrível.

Os adolescentes ficavam enjaulados em celas, em uma estrutura de delegacia, o prédio era obsoleto e no meio de um bairro residencial, o que gerava grande hostilidade por parte dos moradores, porque havia rebeliões, problemas, gritaria. Visitei outras unidades em situação semelhante. E eu ficava incomodado, porque os números eram pequenos, não deveria ser difícil solucionar o problema.

Esse meu acompanhamento foi criando muitos conflitos, porque eu comecei a ir toda semana às unidades. Além do trabalho pastoral de assistência religiosa, como militante de direitos humanos, via a situação dos adolescentes, ouvia suas reclamações e com base nisso passei a gerar relatórios. A partir desses relatórios, que denunciavam toda uma situação de irregularidades, falta de material e violação dos direitos humanos, no final de 2002 foi determinada uma intervenção de seis meses no órgão que geria essas unidades. Faltaram tempo e condições para melhorar a situação. As violações de direito continuaram. Apesar da boa vontade de boa parte dos funcionários, naquelas condições era impossível realizar um bom trabalho. Aconteciam rebeliões. Em algumas delas fui chamado para ajudar nas negociações.

Como você atuava no processo de negociação?

O trabalho que a gente fazia era de mediação de conflitos. Eu dizia para os adolescentes que não estava ali para prometer nada. Só pedia a liberação imediata dos reféns. Deixava bem claro para eles que na situação de rebelião eu não negociava, apenas depois da devolução dos reféns. Entendo que a rebelião, sobretudo com reféns e quebra de patrimônio, constitui um crime. A única coisa que eu prometia era que, acabada a rebelião e entregues os reféns, eu iria acompanhar a operação policial, para evitar qualquer retaliação violenta que pudesse ocorrer. Eu não queria criar a ideia de que para conseguir direitos eles precisavam pegar um agente socioeducativo ou outro adolescente como refém, até porque como defensor de direitos humanos não podia tolerar qualquer forma de violência. Pela minha atuação nas unidades de internação, em 2003 comecei a sofrer ameaças. Passei um ano com escolta policial.

Como está a situação hoje?

De 2003 a 2009 começou um processo de reordenamento institucional. Foram realizados esforços de adequação das unidades aos novos paradigmas legais previstos no ECA, mas os passos foram insuficientes. Em 2009, por causa da persistência de graves violações aos direitos humanos, em conjunto com a organização Justiça Global e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra, decidimos internacionalizar a questão

das unidades socioeducativas do estado, produzindo relatórios e procurando a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. A questão foi para a Corte Interamericana de Direitos Humanos, que aplicou medidas provisórias que permanecerão em vigor até o final de 2012.

Algumas coisas já foram alteradas, especialmente no que diz respeito à adequação arquitetônica e à descentralização das unidades. Os relatos de supostas torturas e maus tratos também estão diminuindo. Em todas as unidades já existe um plano pedagógico. Os adolescentes têm maiores chances de acesso a atividades. Os funcionários estão tendo maior identificação com o trabalho. O Tribunal de Justiça, o Ministério Público e o Poder Executivo criaram um sistema interinstitucional que, em parceria com a sociedade civil, está monitorando o trabalho nas unidades e buscando soluções para os desafios. Sentimos que há um esforço coletivo para a construção de um novo sistema socioeducativo. E continuamos acompanhando esse processo.

Além do trabalho direto com as unidades de internação, o senhor também continuou atuando com a questão de crianças em situação de rua no Espírito Santo?

Sim. Logo no início do meu trabalho no Espírito Santo, em parceria com outras instituições, criamos uma rede de oito projetos interligados, que oferecem acolhimento provisório, profissionalização e atividades de jornada ampliada. Ao longo dos últimos 12 anos milhares de crianças e adolescentes que passaram pelos nossos projetos. Temos um site que conta a história da rede: <www.redeica.com.br>.

Os projetos não são assistencialistas, mas querem contribuir para o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes para que vivam como cidadãos éticos, responsáveis, competentes e solidários. É importante frisar que o nosso objetivo com o oferecimento de casas-lares e abrigos é tentar retomar os laços familiares, reaproximar os adolescentes às suas famílias de origem e à comunidade, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Caso isso não seja possível, juntamente com a Vara da Infância e da Juventude, procuramos famílias substitutas. Mas a adoção tardia é muito difícil, são poucos aqueles que querem adotar adolescente. Então os preparamos também para a autonomia, seja do ponto de vista psicológico e afetivo quanto do ponto de vista econômico, para que, na hora de sair, tenham condições de se manter independentes.

Também mantemos um projeto que executa a medida socioeducativa de Liberdade Assistida Comunitária, no qual atendemos 400 jovens. A missão do projeto é oferecer suporte aos adolescentes para estagnar sua participação na prática de ato infracional

por meio de instrumentos para despertar o respeito às normas vigentes e o exercício da cidadania. O trabalho envolve a família e a comunidade. É uma alternativa para o encarceramento desses adolescentes que cometeram atos infracionais de baixa e média gravidade.

A Liberdade Assistida é uma medida socioeducativa que, de acordo com o movimento pela infância e adolescência, poderia ser bem mais aplicada no país. Em sua opinião, por que isso não acontece?

O descrédito para com as medidas socioeducativas em meio aberto acontece um pouco pela pressão da própria sociedade, que acredita que o combate à violência se dá sobretudo pelo encarceramento de massa. Os adolescentes ou “menores”, como normalmente são chamados, viraram uma espécie de bode expiatório, porque toda a responsabilidade do crescimento da violência recai sobre eles. Existe uma propaganda maciça por parte de alguns meios de comunicação e de setores da sociedade para responsabilizar o adolescente e desqualificar o Estatuto da Criança e do Adolescente, acusando-o de fomentar a impunidade. Boa parte da opinião pública exige maiores investimentos na repressão e defende o encarceramento de massa que atinge sobretudo a população mais pobre, mais vulnerável. Isso não quer dizer que o pobre seja mais bandido, mas infelizmente onde a realidade da pobreza e da violação de direitos é mais marcante, é mais fácil para a criminalidade captar recursos humanos para suas atividades ilícitas. Nessas comunidades precisamos de mais políticas públicas construídas visando à emancipação, participação e formação cidadã do jovem, bem como visando à permanência do jovem na escola.

A liberdade assistida ou a prestação de serviço à comunidade são medidas socioeducativas pouco valorizadas porque, por falta de investimento, estão sucateadas. Com um maior investimento e com a disponibilização de profissionais, de educadores, de atividades, de cursos, de oficinas e de outras iniciativas, com certeza essas medidas seriam muito mais eficazes e bem mais econômicas do que a medida de internação. E sobretudo não criam todos os traumas que um encarceramento pode deixar na vida de um adolescente, sobretudo se executado dentro de unidades que não funcionam. São marcas indeléveis que acabam cada vez mais enraizando esses jovens na prática da criminalidade e reforçando a violência, em vez de diminuí-la.

A sociedade não sabe que o fortalecimento do sistema penitenciário e socioeducativo não ressocializa as pessoas. As cadeias, na verdade, têm um efeito de bumerangue. Na maior parte dos casos é dinheiro jogado fora. É um investimento para criar os futuros agressores da própria sociedade.

O senhor atua com os direitos de crianças e adolescentes há muito tempo no país. Como avalia os avanços e os desafios nessa área?

Eu acho que o Brasil avançou muito. É o país que se deu uma das melhores legislações do mundo. Existe um sistema de garantia de direitos e todo um esforço para torná-lo efetivo. Além disso, o país alcançou a universalização do acesso à Educação Básica, tem uma excelente campanha de vacinação que alcança 100% das crianças do país. Os conselhos de direito e os conselhos tutelares, além de colaborar na efetivação dos direitos humanos das crianças, garantem a participação efetiva da sociedade na formulação e monitoramento das políticas públicas. Graças à construção coletiva dos planos de atendimento socioeducativo, do plano de erradicação do trabalho infantil e do plano de convivência familiar e comunitária ofereceram-se as ferramentas para qualificar cada vez mais o trabalho com as crianças. Além disso, é visível a diminuição da população de rua infanto-juvenil desde quando eu cheguei até agora. Estas são algumas das grandes e inegáveis conquistas dos últimos tempos.

O grande desafio é melhorar o que se conseguiu: qualificar o atendimento de saúde e a educação, oferecer cursos profissionalizantes e trabalhar a questão da violência e do consumo e tráfico de drogas. Esse é um dos maiores problemas do Brasil. Uma verdadeira guerra acontece no país, quando vamos analisar a quantidade de vítimas e infelizmente o número de crianças e adolescentes mortos e assassinados. Por isso a gente tenta fazer um trabalho muito mais profundo, para criar uma cultura de paz, uma cultura de resolução não violenta dos conflitos.

O senhor disse que sua atuação gerou conflitos. Existe muita força contrária ao tipo de trabalho que o senhor realiza?

O trabalho do militante de direitos humanos é incompreendido. Ele sofre uma pressão psicológica muito forte. O olhar sobre ele é muito negativo. Fala-se mal publicamente o tempo todo. É acusado de “defender bandido”. Na realidade, não defendemos a criminalidade. Qualquer violência praticada contra o ser humano atinge também a nós. Mas eu acredito que o grau de civilização de uma sociedade se mede pelo respeito que dispensa aos direitos humanos.

Em minhas visitas tanto às unidades de internação quanto às prisões, era recebido por alguns agentes socioeducativos com desconfiança. Alguns identificavam o defensor de direitos humanos com o capeta. É verdade que havia situações em que também os funcionários eram violados em seus direitos. A função de agente socioeducativo e penitenciário não é fácil. Em várias oportunidades eles também são vítimas de violência

seja por parte dos presos ou do próprio sistema que os condena a condições de trabalho desumanas. Mas essas situações não podem se tornar pretexto para a prática de maus tratos. É justo que quem comete um crime seja responsabilizado pelos seus delitos, mas sem que haja comprometimento de sua intrínseca dignidade e sem perder a esperança na sua recuperação. Toda vez que se desrespeitar a vida e a integridade física e moral do ser humano e os direitos fundamentais não forem reconhecidos e assegurados, não haverá espaço para a dignidade da pessoa e se dará uma perigosa contribuição ao processo de degradação da sociedade.

O militante de direitos humanos apanha muito. Até por parte dos próprios adolescentes e apenados que pedem ajuda e exigem de nós respostas imediatas. Na realidade nós não temos condições de resolver todos os problemas pelos quais eles passam. Às vezes os próprios jovens chegam a desconfiar do nosso trabalho, porque não conseguimos solucionar as questões. Acham que temos uma varinha mágica com poder de mudar as coisas de uma hora pra outra. É difícil conviver com tudo isso. É um trabalho muito complicado que acaba prejudicando o nosso equilíbrio psicológico e emocional ao ponto tal que, às vezes, torna-se necessário dar um tempo para se refazer.

Há quem acredite que o reconhecimento dos direitos humanos inviabiliza a responsabilização e a punição daqueles que cometem crimes e acaba aliviando a barra dos agressores fazendo pouco caso do sofrimento das vítimas. Isso não é verdade. Os defensores de direitos humanos são solidários com a aflição das vítimas, não compactuam com nenhum tipo de delito e não defendem mordomias para aqueles que os praticam. Eles estão preocupados com o aumento assustador da violência. Inclusive, eles mesmos sentem na pele os efeitos destruidores da criminalidade. Mas, ao mesmo tempo, estão em permanente alerta para evitar que a gravidade da situação não se torne o pretexto para um combate violento à violência.

O respeito pela dignidade e a luta em defesa dos direitos humanos deveriam ser inclinações naturais de qualquer pessoa. Constituem tarefas obrigatórias para todo ser humano. Mas, infelizmente, não é isso que vivenciamos. O aumento assustador dos índices de violência e a desvalorização da vida estão transformando a defesa dos direitos humanos numa exceção, numa luta solitária de uns poucos idealistas inspirados em valores éticos e religiosos que, inclusive, acabam sendo perseguidos por setores da sociedade que, por má fé ou por superficialidade, identificam o compromisso em defesa dos direitos humanos com a proteção a bandidos. É dessa perigosa equação que surgem esses equívocos que precisam ser desmontados.

O senhor se arrepende de alguma coisa que fez durante sua atuação?

Errar todo mundo erra. Eu, com certeza, cometi alguns erros. Mas agi com a vontade de ajudar. Sempre evitei ser agressivo em meus relatórios e sempre fui muito prudente em não fazer pré-julgamentos. Inclusive, como militante de direitos humanos, sempre coloquei em evidência a precariedade das condições de trabalho de quem tem que lidar diariamente com os adolescentes nas unidades de internação ou com os presos, os agentes socioeducativos e penitenciários. Reconheço, porém, que é preciso prestar mais atenção aos funcionários e a suas reivindicações.

Nós apenas sonhamos com um sistema socioeducativo e prisional efetivamente ressocializador, que cumpra sua missão de recuperar as pessoas, que ofereça atividades para seus internos, que seja mais humanizado. Não queremos hotel cinco estrelas para os presos ou adolescentes internados, como vivem acusando os nossos opositores. Queremos, sim, um sistema que valha o investimento que está sendo feito. O valor para se manter as unidades de internação é alto. Tamanho investimento merece um retorno efetivo.

Os sistemas socioeducativo e penitenciário serão de grande utilidade para a sociedade se devolverem para ela pessoas que estejam dentro de um processo de reinserção social, que voltem a acreditar nos valores humanos, que recuperem a própria autoestima e reconheçam a sua própria dignidade e respeitem a dignidade dos outros. Isso faz com que a pessoa não perca a sua dimensão humana e não se torne, ao fim da medida socioeducativa, uma ameaça pior para a sociedade.

“A presente publicação mostra a atuação de dez defensores, as dificuldades e os ganhos coletivos de sua ação e o lado humano da luta, que infelizmente gera perdas, medos e frustrações. Pessoas extraordinárias que continuam e continuarão lutando por um país mais justo, no qual os direitos universais possam ser desfrutados pela totalidade da população”.



Reino dos Países Baixos



ONUBR
Nações Unidas no Brasil



DIÁLOGOS SETORIAIS UNIÃO EUROPEIA
BRASIL

Secretaria de
Direitos Humanos

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAIS RICO E PAIS SEM POBREZA